

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

ANDRÉA DE FREITAS MORAES

**O TURISMO RURAL AGROECOLÓGICO NO CONTEXTO DE UMA
METRÓPOLE: O CASO DE PORTO ALEGRE**

**Porto Alegre
2013**

ANDRÉA DE FREITAS MORAES

**O TURISMO RURAL AGROECOLÓGICO NO CONTEXTO DE UMA
METRÓPOLE: O CASO DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de conclusão submetido ao
Curso de Graduação Tecnológica em
Desenvolvimento Rural - PLAGEDER,
da Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS, como requisito parcial para
obtenção do título de Tecnólogo em
Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eber Marzulo

Coorientador: Tutor Lorena C. Fleury

Porto Alegre

2013

ANDRÉA DE FREITAS MORAES

**O TURISMO RURAL AGROECOLÓGICO NO CONTEXTO DE UMA
METRÓPOLE: O CASO DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (B)

Prof(a) Dr(a). Eber Pires Marzulo
Orientador
UFRGS

Prof(a). Jalcione P. Almeida
UFRGS

Prof(a). Dr(a). Lovois de Andrade Miguel
Instituição UFRGS

Porto Alegre, 2 de setembro 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia ao meu amado marido Sandro Perillo, o maior incentivador para a realização desta graduação, sempre ao meu lado, aguentando meu cansaço ou mau humor de vez em quando, apoiando nos momentos mais difíceis das minhas múltiplas jornadas, ajudando com sua experiência e paciência para que eu pudesse estar aqui, hoje. Estamos colhendo, juntos, os frutos do nosso empenho. Esta vitória é nossa. Obrigada, meu amor. Eu te amo!

Dedico ao meu filho Carlos Eduardo pela compreensão que teve, sobretudo pelos momentos em que precisei estar ausente, mesmo que fisicamente presente. Eu te amo, meu filho!

Dedico também aos meus pais Jairo e Joecí, que me preparam para a vida, construindo as bases da pessoa que eu sou hoje. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas que tornaram a realização deste trabalho possível, participando direta ou indiretamente de sua construção.

Primeiramente gostaria de agradecer aos professores, que construíram os materiais que orientaram nossos estudos e por todo o empenho e dedicação que tiveram em nossos momentos virtuais e presenciais.

Agradeço aos tutores que também se dedicaram, muitas vezes tentando conciliar com seus próprios estudos, sendo o elo fundamental entre os professores e os alunos.

Agradeço às tutoras presenciais, Aura, Lizete e especialmente Sonia, que nos acompanhou nas últimas disciplinas, obrigada pelo empenho e carinho.

Agradeço à secretária Dalva, do Polo de Santo Antonio da Patrulha, por ter esperado mais um pouquinho para receber os documentos que permitiriam minha entrada na UFRGS.

Agradeço à coordenadora do Polo Universitário de Santo Antonio da Patrulha Dilce Eclai, por todas as vezes que defendeu seus alunos como uma mãe. Sua dedicação é recompensada por este momento.

Agradeço aos amigos Samuel e José do PLAGEDER I, pela amizade e pelas vezes que vieram em meu socorro no princípio do curso.

Agradeço ao meu orientador professor Eber Marzulo e à tutora Lorena Fleury, pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço ao amigo historiador Egídio Fagundes, que me ajudou nos primeiros passos desta linda história.

Agradeço a Joana Braga da coordenação da Secretaria de Turismo de Porto Alegre, preciosa colaboração neste trabalho.

Agradeço aos colegas pelo companheirismo e amizade que se construíram ao longo destes quatro anos. Já sinto saudades...

Agradeço aos agricultores Tio Juca, Silvana, Liliana e ao casal Dodô e Vera, por me receberam em suas casas, me acolhendo como a uma amiga e dividindo comigo os conhecimentos que adquiriram ao longo de suas vidas. Amizades que nasceram durante o curso, mas que permanecerão para a vida toda!

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o Turismo Rural Agroecológico desenvolvido em Porto Alegre/RS e observar como se desenvolve este fenômeno contemporâneo e cheio de possibilidades. Foram visitadas e entrevistadas quatro famílias de agricultores que se dedicam ao turismo agroecológico. A atividade turística está em plena expansão no Brasil e isto é visto como uma oportunidade para os pequenos agricultores. Quando decidiram receber visitantes e compartilhar seus conhecimentos, a maior motivação foi a oportunidade de complementar a renda, mas também foi uma forma encontrada para preservar a saúde e o modo de vida do interior. Os resultados deste trabalho demonstraram que os maiores ameaçadores à atividade turística relacionada à agroecologia na região são: a densificação populacional que avança de forma desordenada em direção às áreas antes destinadas à produção primária; o entendimento dos agricultores de que as políticas públicas são insuficientes para a promoção do turismo na região, muito embora existam algumas ações efetivas por parte de órgãos do governo como cursos de capacitação, atualização, etc.; e estruturalmente as propriedades precisam se adequar para que possam ter alternativas para não ficar à mercê das intempéries da natureza e para que possam receber um número maior e mais diversificado de turistas. O Turismo Rural Agroecológico é organizado de forma que não interfira nas rotinas da produção primária, que na maioria dos casos ainda é a principal fonte de receita, muito embora o desejo seja que o turismo se desenvolva a tal ponto que possam dedicar-se mais a esta atividade. Todos concordam que a proximidade com o centro da capital é benéfica à atividade do Turismo Rural Agroecológico, mas também é consenso que muito ainda tem que ser feito para que este segmento se desenvolva plenamente.

Palavras-chave: Turismo Rural, Turismo Agroecológico, Zona Sul de Porto Alegre.

ABSTRACT

This work was performed in order to analyse the agroecologic rural tourism developed in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, and observe how this phenomenon develops contemporary and full of possibilities. The tourism industry is booming in Brazil, and this is seen as an opportunity for small farmers. When they decided to welcome visitors and share their knowledge, the greater motivation, for sure, was the opportunity to supplement income, but also they found a way to preserve their health and way of life from the inside. The results of this study showed that the major threatening to tourism related to agroecology in the region are: densification population that moves haphazardly toward areas before producing primary; understanding of farmers that public policies are insufficient for promoting tourism in the region, although there are some effective actions by government agencies such as training courses, update, etc., and structural properties need to adapt to may have no alternative to being at the mercy of nature and the elements so that they can get a larger and more diverse tourists. Rural Tourism Agroecology is organized so that it does not interfere in the routines of primary production, which in most cases is still the main source of revenue, even though the desire is that tourism is developed to such an extent that they can devote themselves more to this activity. Everybody agrees that is useful to the agroecologic rural tourism activity the proximity from downtown of the Capital, but is consensus too that still a lot needs to be done to develop fully this business segment.

Keywords: Rural Tourism, Tourism Agroecology, area in southern of Porto Alegre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa de Porto Alegre.....	38
Figura 02. Mapa do bairro Lami, POA/RS.....	39
Figura 03. Mapa do bairro Vila Nova, POA/RS.....	39
Figura 04. Sítios no bairro Lami, POA/RS.....	39
Figura 05. Sítio no bairro Vila Nova, POA/RS.....	39
Figura 06: Mapa das zonas de Porto Alegre. Zona sul em verde.....	40
Figura 07. Divisão zonas: Áreas urbanas e remanescentes de mata atlântica.....	43
Figura 08. Produtores rurais em Porto Alegre/RS.....	44
Figura 09. Feira Ecológica da José Bonifácio.....	47
Figura 10. Divisão do Turismo Rural.....	51
Figura 11. Sítio do Tio Juca. Tio Juca e o pé de Urucum em flor (colorau).....	51
Figura 12. Sítio do Tio Juca. Visitação.....	52
Figura 13. Sítio dos Herdeiros. Seu Dodô e as mudas de pimentas.....	54
Figura 14. Sítio dos Herdeiros. Visitação.....	55
Figura 15. Sítio dos Herdeiros. A semente nas mãos do Seu Dodô.....	56
Figura 16. Sítio Capororoca.....	57
Figura 17. Sítio Capororoca. Turistas visitam o sítio.....	58
Figura 18. Sítio Chimango.....	59
Figura 19 Sítio Chimango. O galpão.....	60
Figura 20. Sítio Chimango. O açude.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Motivação da viagem por local de coleta.....	32
Tabela 02: Atividades realizadas.....	32
Tabela 03: Fonte de informação para organizar atividades.....	33
Tabela 04: Avaliação do destino.....	34
Tabela 05: Principais atrativos.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOI - Área de Ocupação Intensiva
AOR - Área de Ocupação Rarefeita
APEL - Associação dos Produtores Agroecológicos do Lami
APEL - Associação dos Produtores Ecológicos do Lami
APP - Áreas de Proteção Permanente
APRESUL - Associação dos Produtores Rurais Ecológicos de Porto Alegre
ARCOO-IRES - Cooperativa dos Produtores Ecológicos de Porto Alegre
CAD - Centro Agrícola Demonstrativo
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COODESTUR- Cooperativa de Formação e Desenvolvimento Turístico
DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação
EBAA - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Rural
EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação
FARGS – Faculdades Rio-grandenses
FEJB - Feira Ecológica da José Bonifácio
GT - Grupo de Trabalho
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IDESTUR - Instituto de Desenvolvimento de Turismo Rural
IFOAM - International Federation on Organic Agriculture
IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCB - Movimento Cooperativista no Brasil
MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras
MPT - Ministério Público do Trabalho
MTUR- Ministério do Turismo
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
OCS - Organização de Controle Social
ONGs - Organizações Não Governamentais

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PANC - Plantas Alimentícias Não Convencionais
PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PGM - Procuradoria Geral do Município
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA - Projeto de Tecnologias Alternativas
PUC - Pontifícia Universidade Católica
RL - Reserva Legal
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIM Vegetal - Serviço de Inspeção Municipal de produtos de origem vegetal.
SMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMGL - Secretaria Municipal de Governança Local
SMIC - Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio
SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo
SPM - Secretaria de Planejamento Municipal
TA - Turismo Agroecológico
TAC - Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
TCL - Coleta de Lixo
TR - Turismo Rural
UEU - Unidade de Reestruturação Urbana
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPA - Unidade de Produção Agrícola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	BASES DO TURISMO AGROECOLÓGICO	16
	2.1 RELAÇÕES ENTRE RURAL E URBANO.....	16
	2.2 A PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
	2.3 A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR.....	20
	2.4 ASSOCIATIVISMO: QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA.....	21
	2.5 A AGROECOLOGIA.....	24
	2.6 O TURISMO RURAL.....	28
	2.7 O PERFIL DO TURISTA EM PORTO ALEGRE.....	31
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
	3.1 CRITÉRIOS PARA A COLETA DE DADOS.....	37
	3.2 DELIMITAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE ESTUDO.....	39
4	AS PROPRIEDADES VISITADAS: CONTEXTO E CARACTERÍSTICAS	41
	4.1 ZONA SUL DE PORTO ALEGRE:.....	41
	4.2 PROGRAMA CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE.....	46
	4.3 A FEIRA ECOLÓGICA DA JOSÉ BONIFÁCIO.....	47
	4.4 A ASSOCIAÇÃO PORTO ALEGRE RURAL.....	50
	4.5 DESCRIÇÃO DAS PROPRIEDADES.....	51
	4.5.1 Sítio do Tio Juca.....	51
	4.5.2 Sítio dos Herdeiros.....	54
	4.5.3 Sítio Capororoca.....	57
	4.5.4 Sítio Chimango.....	60
5	FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DO TURISMO AGROECOLÓGICO EM PORTO ALEGRE	63
	5.1 ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS PROPRIEDADES.....	63
	5.2 CONFLITOS ENTRE RURAL E URBANO.....	65
	5.3 PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS.....	68
	5.4 O TURISMO RURAL NAS PROPRIEDADES.....	69
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICE	80

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que teve início na etapa do “Estágio Supervisionado em Unidades de Produção Agrícola (UPA)” do curso de graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando os conhecimentos adquiridos até então poderiam ser apreciados na prática, junto a uma Unidade de Produção Agrícola Familiar (UPAF).

Por questão de logística, para o estágio curricular, definiu-se como *locus* uma propriedade localizada na região sul da cidade de Porto Alegre/RS, foi quando, a partir deste primeiro contato, surgiu o interesse em descobrir mais sobre esta situação peculiar, onde podemos identificar claramente fatores ambientais, sociais, políticos e econômicos que definem o meio rural existente no contexto de uma metrópole.

Até mesmo para quem mora e trabalha nas zonas norte, leste e nas áreas centrais da cidade – com suas vias constantemente congestionadas, edifícios cada vez mais altos – é difícil imaginar que na capital do estado do Rio Grande do Sul ainda persista um modo de vida do campo. Na região sul da cidade, as pessoas ainda sustentam suas famílias com o plantio de alimentos, o cultivo de plantas ornamentais, a exploração da pecuária, e um número significativo de propriedades ainda destina-se às práticas ecológicas.

Além disso, dedicam-se também a uma série de atividades paralelas e ao mesmo tempo coexistentes com a agricultura, como por exemplo, a industrialização de produtos excedentes, a organização em feiras livres, participações em cursos e palestras e o Turismo Rural (TR), este mais recente e que exerce uma atração sobre os estudiosos.

No caso específico da região de Porto Alegre, o turismo acontece dentro das pequenas propriedades rurais, com os atrativos e produtos existentes na propriedade, pois não podem contar com paisagens naturais exuberantes, como por exemplo, as que oferecem a serra gaúcha. Seu diferencial é justamente o atendimento, as práticas, os cultivos, a forma como se comunicam e o modo de vida simples das pessoas.

O TR pode ter direcionamentos de acordo com interesses e afinidades, como por exemplo, o Ecoturismo, o Turismo de Estudos e Intercâmbio, o Turismo Cultural, os de Serviços e ainda podem especializar-se mais, em equestres, flores e plantas medicinais, vivências rurais e o Turismo Agroecológico (TA), que alia a vivência às práticas ecológicas, especialmente abordadas no estudo em questão.

O tema Turismo Agroecológico no contexto de uma metrópole possui pouca literatura específica, mas dá aos estudiosos a oportunidade para novos debates, na busca pelo entendimento acerca deste “novo rural” brasileiro.

As transformações nos espaços rurais (política, cultural, social) precisam ser analisadas multidisciplinarmente para que se consiga responder à diversidade de formas e modos pelos quais se operam estas mudanças (SCHNEIDER, 2003, p.16), mas que ainda assim não implica em resultados precisos, visto que possui valores interpretativos. O que há poucas décadas se compreendeu é que o rural passou a ser muito mais que o espaço para atividades agrícolas, como afirma Schneider (2003), constituindo-se de um espaço onde estão entrelaçadas as relações sociais, políticas, econômicas e culturais, revelando estratégias que possibilitaram a sobrevivência dos modos de vida rural na região.

Tornar a propriedade capaz de desenvolver tarefas até então inéditas passou a ser a principal estratégia dos agricultores familiares da zona sul da capital, mesmo porque, a agricultura sempre compartilhou a mão de obra familiar entre as atividades na propriedade. As atividades como a agroindustrialização de produtos provenientes da produção, comercialização direta de cultivos e produtos e a exploração da atividade turística surgiram mediante a necessidade que o produtor rural teve de diversificar suas fontes de renda, de agregar valor aos seus produtos e manter a mão de obra familiar ocupadas em tempo integral ou mesmo em tempo parcial em atividades dentro da própria UPAF.

Estes fatores, combinados com a proximidade do seu público-alvo e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior (MTUR, 2007), demonstram que o turismo no meio rural tem um papel fundamental na gestão do território, dada a sua capacidade de estimular o aproveitamento do potencial de desenvolvimento endógeno local.

Este não é um fenômeno isolado ou transitório, mas segue uma lógica de desenvolvimento e integração dos agricultores familiares que ocorre em todo o país, onde a inserção do trabalho passa a acontecer não mais exclusivamente por meio da sua introdução nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuária (SCHNEIDER, 2003), mas também por meio de atividades não agrícolas em articulação com o mercado de trabalho.

Justamente devido à proximidade com o centro financeiro e de serviços da capital, torna-se mais fácil esta integração entre as atividades à jusante e à montante da propriedade. Na realidade, estas novas atividades são realizadas concomitantes à produção agropecuária, combinando duas ou mais atividades, com é o caso do turismo agroecológico desenvolvido nas propriedades abordadas neste estudo.

O roteiro turístico rural de Porto Alegre privilegia o local, promovendo o Turismo Rural de base comunitária, sendo desenvolvido pelos agricultores locais em parceria com a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, a Secretaria Municipal de Turismo – SMTUR, a Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico – COODESTUR e o Ministério do Turismo – MTUR.

No turismo comunitário existe a necessidade de entrelaçamento entre os agricultores e os promotores e financiadores do setor, pois o modelo comunitário:

[...] não exclui a importância de apoio e recursos para os fins, ou seja, para que este modelo de desenvolvimento não seja mais uma utopia deparada à globalização de economia capitalista, faz-se necessário que a comunidade consciente busque sua organização e apoio para exploração do turismo já que este modelo diferentemente possibilita a participação ativa e direta da comunidade (RIBEIRO, 2001, p. 05).

Tonneau e Sabourin (2007), falam sobre a interação entre dinâmicas locais e políticas públicas, onde as construções sociais, resultantes das ações coletivas, fizeram surgir a necessidade de criar mecanismos para fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar, e por consequência, todas as outras atividades relacionadas ao rural.

Neste contexto, no ano de 2005, uma parceria entre SMTUR, COODESTUR, alunos da Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS criaram o programa “Caminhos Rurais de Porto Alegre”, que surgiu como nova alternativa de geração de renda para os agricultores locais, mas que rapidamente se mostrou uma excelente oportunidade de mercado. Entidades privadas e governamentais passaram a demonstrar grande interesse sobre este “novo rural”. Então, no período entre 2009 e 2010, o projeto foi ampliado, sob o título de “Apoio a Iniciativas de Turismo de Base Comunitária de Porto Alegre”. (CAMINHOS RURAIS, 2012).

As propriedades rurais que serviram de base para este estudo fazem parte deste programa, mas o TR desempenhado pelos agricultores não é exatamente uma novidade,

pois desde 1999, quando iniciaram as atividades agroecológicas já começaram a receber de forma independente, estudantes e curiosos, para observar suas práticas.

O crescimento da demanda pelo TR faz crescer a necessidade de ampliar atividades, modernizar a propriedade (pois todos tem acesso à internet, por exemplo) e capacitar-se, a fim de atender a um contingente cada vez maior de turistas. Segundo Ribeiro (2001, p. 51), o turismo ecológico é um dos segmentos turísticos que mais cresce no mundo. O TR resgata e promove o patrimônio cultural e natural da comunidade, beneficia a população local, melhora as condições de vida das famílias, cria novas oportunidades de trabalho e a diminui o êxodo rural.

Portanto, a questão é: como se desenvolve este fenômeno contemporâneo e cheio de possibilidades? Desta forma este trabalho busca, de uma forma geral analisar as atividades turísticas agroecológicas desenvolvidas em um contexto urbano, mostrando a relevância que vem adquirindo estas atividades para a preservação do espaço rural existente no Município de Porto Alegre/RS. Mais especificamente, procurou descrever a localidade onde é exercido o Turismo Rural bem como o Projeto Caminhos Rurais e a Associação Porto Alegre Rural; descrever propriedades que trabalham com o Turismo Agroecológico; apresentar fatores que influenciaram direta e indiretamente os agricultores locais a optarem por atividades complementares à produção, com foco, na produção agroecológica e no TR; e apreender sobre os níveis de satisfação com relação ao sucesso do empreendimento, respeitando a diversidade e complexidade da agricultura familiar contemporânea.

2 BASES DO TURISMO AGROECOLÓGICO

2.1 Relações entre rural e urbano

A geografia ensina que o rural e o urbano nada mais são que o mesmo espaço usado de maneiras diferentes. Rosas (2009) explica que as noções de urbano e rural vêm se transformando ao longo de nossa história e o conceito de rural nos remete à diferentes conceituações, dependendo do período, contexto, fatores locais, etc. Essas diferenciações espaciais se perdem quando observamos áreas rurais com características urbanas.

Desde o século XVIII, a problemática das cidades já provocava descontentamento nas pessoas que nela residiam. Se outrora apenas qualidades lhe eram atribuídas, associações pejorativas tornaram-se inevitáveis: barulho, sujeira, doenças, perversidade. Novas associações também surgiram para o campo, contrapondo a realidade citadina. Tais associações não diluem a dicotomia campo/cidade, ampliam-na. As novas associações dilataram os contrastes, criando novos mitos. (BAGLI, 2006 *apud* ROSAS, 2009, p 49).

As relações entre rural e urbano são analisadas por diversas correntes de estudos que procuram compreender as transformações destes espaços. Alguns cientistas acreditam que o rural como o conhecemos, não existirá em muito pouco tempo, outros alegam que na verdade não é o fim do modo de vida rural, mas sim uma nova concepção, mais integradora, que abrange diversas faces e que observa as particularidades do regional, do local.

Podemos analisar que historicamente a revolução industrial que teve princípio no século XVIII com a nova sociedade urbana e industrial, foi quem trouxe as mudanças que foram fundamentais para as áreas rurais, iniciando um intenso processo de perda de centralidade econômica e social ao mundo rural. Isto levava a crer que o sistema rural era, até então, arcaico e obsoleto, enquanto as aglomerações urbanas e industriais eram entendidas como uma nova perspectiva de futuro.

A industrialização da agricultura e a mercantilização da produção agrícola e o crescimento populacional redesenharam as relações rurais e urbanas, privilegiando o uso de áreas rurais em função de sua proximidade física e sua situação socioeconômica, além de excluir uma parcela de agricultores que não tiveram condições de acompanhar as mudanças tecnológicas. No decorrer das últimas décadas, as relações entre o mundo

rural e o mundo urbano foram se estreitando, chegando ao momento em que o rural passou a integrar-se totalmente ao urbano.

Com a consolidação da urbanização e da industrialização brasileira fechou-se um longo ciclo. [...] Por outro lado, as categorias de apreensão e mesmo as instituições voltadas ao desenvolvimento rural, não foram ainda modificadas em uma direção condizente com o estatuto desta nova etapa. Por isto, reformar as instituições e as categorias de pensamento sobre o rural são dois grandes desafios que se impõem para a próxima década. (FAVARETO, 2009, p. 02)

Um dado importante sobre o êxodo rural ocorrido na segunda metade do século XX, é que não se pode ter precisão quando se fala sobre os números de pessoas que saíram do ambiente rural para o urbano, devido à legislação brasileira conceder autonomia para que os municípios definam os limites entre as áreas rurais e urbanas. Este fato distorce a realidade sobre municípios que não tem muita expressividade, “além disso, esta maneira de definir o rural e o urbano encobre situações como aquelas de agricultores que vivem nos pequenos núcleos de cidades e vilarejos, que muitas vezes têm sua vida ligada às atividades agrícolas, e que acabam, ainda assim, sendo enquadrados como urbanos” (FAVARETO, 2009, p. 03).

Segundo Grando e Miguel (2002) para definirmos os espaços urbanos e rurais temos que observar as legislações que existem em diferentes instancias – federal estadual e municipal. Grando e Miguel (2002) também afirmam que um espaço rural para ser considerado urbano precisa responder primeiro a Lei de Parcelamento de Solo – Lei Federal 6.766/79, que estabelece as “condições básicas que devem ser atendidas pelos loteamentos, seja do ponto de vista ambiental, de adequação de infraestrutura urbana, provisões de áreas públicas, etc.” (GRANDO; MIGUEL, 2002, p. 58). Mas a decisão final sobre os limites do perímetro urbano legal fica a cargo das autoridades municipais, principalmente quando em área metropolitana.

As realidades urbanas da atualidade podem conter, inclusive, espaços suburbanos, rurais agrícolas, rurais não agrícolas ou para-agrícolas, que se articulam sistemicamente, embora muitas vezes de forma conflituosa.

[...] a construção de uma nova relação rural-urbano desenvolvida na óptica dos espaços rurais poderá assentar em dois objetivos de âmbito geral: consolidar relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica em detrimento de relações assimétricas e predadoras do mundo rural; e transformar as cidades em pontes

efetivas entre as áreas rurais e o mundo exterior. (Ferrão, 2000, p.[...])

A distância entre o rural e o urbano é cada vez menor. Pode-se dizer que o rural hoje, só pode ser entendido como um “continuum do urbano do ponto de vista espacial e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais serem identificadas apenas com atividades industriais, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Do ponto de vista social, a organização do trabalho na cidade se parece cada vez mais com a do campo e vice-versa” (GRAZIANO da Silva, 1999 *apud* Wesz Junior, 2005, p. 04).

2.2 A pluriatividade na agricultura familiar

A pluriatividade nos espaços rurais se desenvolve como um rearranjo ou como estratégia para que as famílias de agricultores possam se articular com os mercados e assim permanecer nos espaços rurais. Schneider (2003) explica que a pluriatividade é um fenômeno heterogêneo e diversificado que depende de fatores como o contexto em que está inserido e as estratégias sociais e produtivas que os membros da família adotem. Na realidade esta adaptação ainda está sendo feita e seguramente podemos destacar a relevância da adoção de tais estratégias.

Caracteriza-se a pluriatividade quando as unidades familiares não dependem exclusivamente das atividades agrícolas para garantir o sustento, mas dedicam parte do tempo ou até mesmo tempo integral ou a atividades fora da propriedade, ou a atividades que mesmo estando ligadas à agricultura, não signifiquem o trabalho diretamente na terra.

[...] refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família. (SCHNEIDER, 2009, p. 18)

A partir da modernização da agricultura brasileira, a agricultura de caráter homogeneizante, beneficiou, basicamente, a parcela dos agricultores que poderiam acompanhar as mudanças, ou seja, pouco se procurou fazer para que fossem atendidas a todas as especificidades do rural no país. Sousa e Sousa (2008) revelam que as políticas públicas aplicadas ao meio rural também poderiam receber as mesmas críticas, pois “[...] à medida que estas têm um caráter essencialmente agrícola, deixando, portanto de considerar que o rural não é mais um espaçosamente agrícola, mas também um espaço onde cada vez mais se processam dinâmicas que vão para além da produção agropecuária”. (SOUZA; SOUZA, 2008, p. 02).

A partir da década de 1990 intensificaram-se as discussões sobre o desenvolvimento rural no Brasil, demonstrando a tentativa de legitimar social e politicamente a agricultura familiar, a reforma agrária, as novas orientações das políticas públicas, discussões ideológicas a cerca do agronegócio e papel da agricultura familiar no Brasil. Processo este que tomou maiores dimensões, e isto nos leva a reflexões sobre as mudanças sociais no espaço rural, que ocorreram ao longo da história, mostrando que ao final dos anos 1980, na chamada “Década Perdida”, onde o país passou por um período de grande instabilidade econômica, serviu também para que nascesse uma conscientização das principais forças políticas e o processo de abertura da redemocratização, além de mudanças nas próprias sociedades civis brasileiras e, por consequência, novas propostas relacionadas ao rural.

É interessante pensarmos que as discussões sobre o processo de legitimidade do rural, passe primeiramente por formuladores de políticas, estudiosos e mediadores a partir de demandas externas, em geral formuladas pelas agendas do Estado e outros organismos, quando se discute o potencial da agricultura familiar como modelo social, econômico e produtivo.

Segundo Graziano da Silva (1999), o surgimento do novo rural brasileiro decorre de seu próprio processo de modernização, e o rural já não pode mais ser considerado exclusivamente agrícola, devido ao crescimento das populações e suas ocupações com atividades não agrícolas.

Nos Estados Unidos e Europa dos anos 50, a definição de pluriatividade era feita através das análises com foco no produtor, nas escolhas e necessidades do grupo familiar e no fator tempo anual. Nas décadas de 70 e 80 estes parâmetros mudaram, o termo inclui emprego em outros estabelecimentos agrícolas, atividades para-agrícolas e atividades não agrícolas.

A pluriatividade no rural necessita de fatores para existir, como oferta de trabalho, modernização agrícola, políticas específicas para o setor, para que a família continue vinculada à atividade agrícola e às outras várias atividades, de aspectos sociais, ambientais e que gerem renda, como por exemplo, as pequenas agroindústrias familiares, a hotelaria, o Turismo Rural, etc. E adequando-se aos novos conceitos de ruralidade, podemos dizer que há três aspectos básicos que caracterizam o meio rural: sua relação com a natureza, áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano.

2.3 A agroindústria familiar

A agroindústria compõe um conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, da pecuária, da aquicultura, da silvicultura ou extrativista. Cada um destes segmentos possui uma cadeia produtiva, que vai desde o fornecimento de insumos agrícolas até o consumidor final.

Para Révillion (2011), a agroindústria representa o ponto de interface entre as necessidades do consumidor final, as exigências da distribuição, as particularidades de transformação de matérias-primas em alimentos e a adoção de novas tecnologias de processo e produto. Estas cadeias produtivas agroindustriais desenvolvem estratégias particulares de competitividade, na intenção de aumentar o desempenho e a eficiência de seus produtos.

Segundo Batalha (1997), a agroindústria consiste na soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

As agroindústrias normalmente são administradas pelas mulheres da família, cujo trabalho sempre foi mais vinculado às práticas domésticas, mesmo elas desenvolvendo diversas atividades na propriedade como ordenha, manutenção de pequenos animais, limpeza e cultivo na horta, pomar, etc. Não havia o reconhecimento de suas atividades como profissão. Mas a mulher agricultora vê há alguns anos o seu papel sendo ampliado, deixando de ser apenas a matriarca que toma conta dos afazeres da casa e da horta, para se tornar, muitas vezes, a responsável por todo o processo produtivo e nas unidades produtivas, além de envolverem-se com projetos sociais, culturais e tantas outras atribuições, encontrando maior autonomia nas decisões familiares. A mulher tem

assumindo os desafios de começar algo novo, não somente continuar desenvolvendo suas funções no processo produtivo, mas se mobilizam unidas pelo ideal de emancipação, em busca de visibilidade, que sejam vistas suas contribuições com igualdade de condições, lutando pelos direitos à integração social e ao reconhecimento da força do trabalho feminino.

As agroindústrias familiares enfrentam dificuldades para determinar o preço de seus produtos, pois a definição dos preços depende dos custos de produção, dos custos fixos e variáveis, depende também dos mercados, além de levar em consideração o poder aquisitivo e as preferências da população. Define-se preço como a quantidade de dinheiro que o consumidor desembolsa para adquirir um produto e que a empresa recebe em troca do mesmo, sendo assim, preço é o valor monetário pago pelo consumidor ao fornecedor, para satisfazer suas necessidades, enquanto este visa obter lucro ou retorno financeiro (CALLADO *et al.*, 2011).

Administrar a agroindústria familiar é um papel natural, mas não muito fácil para as mulheres agricultoras, acostumadas mais com as práticas, elas tem que buscar informações, realizar cursos e atualizações para manterem as conexões entre os custos e o lucro.

2.4 Associativismo: questão de sobrevivência

Para o Turismo Rural, o associativismo foi fundamental, pois permitiu que os grupos se organizassem para melhorar suas condições, para buscar novos aprendizados e o apoio em instituições. O associativismo no meio rural, assim como em outras classes sociais, expressa formas organizativas, demonstrando pertencimento a determinado grupo e suas manifestações.

Também serão pressupostos os conceitos de identidade sociocultural que nos remetem à noção de que pertencemos a diferentes agrupamentos, segundo a adoção de valores que dão sentido ao cotidiano da vida privada, ou seja, vivenciada em comum com os que pertencem, por identificação, por autoadesão, ao mesmo sistema de valores que atribui sentido e coerência às relações e práticas individuais e coletivas. (COTRIM, 2009 *apud* GHELEN, MOCELIN, 2009, p. 41).

De acordo o Código Civil, Artigo 53, “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. [...] Os objetivos das associações são: altruísticos, científicos, artísticos, beneficentes, religiosos, educativos, culturais, políticos, esportivos ou recreativos” (Professor, UCG).

O associativismo rural estimula a capacidade de organização dos pequenos agricultores, visando ajuda mútua, de forma que possam enfrentar seus problemas recebendo orientação e apoio uns dos outros. O associativismo pode ser formal ou informal, e tem a intenção de proporcionar condições para que o agricultor se desenvolva, adquirindo conhecimentos sobre melhores práticas, técnicas administrativas, e tudo o que engloba a cadeia a que pertence do plantio à comercialização.

Todo o agricultor, independente do tamanho ou atividade, pertence a alguma forma associativa, o que proporciona melhores condições para obtenção de resultados na economia de escala, na oferta de trabalho, na utilização de máquinas e equipamentos, na renda, na preservação do meio ambiente, assim como na utilização dos serviços públicos.

As cooperativas são uma forma de associativismo, é uma organização social que visa a união para conquistar melhores condições para uma redistribuição da renda e oportunidades. As cooperativas são organizações que devem ter um papel de defensoras das democracias, beneficiando seus associados e as comunidades. Segundo Semisa (1973, *apud* SILVA *et al.*, 2000, p. 05), a cooperativa de trabalho pode ser entendida como:

- i) a associação de pessoas que se reúnem para trabalhar em comum, com o esforço conjugado de todos, com o fim de melhorar a sua situação social e econômica; deixando de ser assalariados para transformar-se em donos de seu próprio destino; ii) uma fonte de produção ou de prestação de serviços, governada, administrada e desenvolvida unicamente por seus associados trabalhadores, todos com os mesmos direitos e obrigações; e iii) a união de vontades postas ao serviço de uma causa comum que respira a liberdade humana e objetiva conseguir condições de trabalho justas.

No meio rural o cooperativismo é uma forma na qual os trabalhadores conseguem se unir em defesa de seus direitos, que podem obter informações necessárias para administrar seus negócios e obter apoio técnico (tão importante e que se fosse de forma

individual seria difícil ou muitas vezes impossível), além de ter peso político, mediando trabalhadores e empregadores.

O Movimento Cooperativista no Brasil (MCB) surgiu no final do século XIX, no centro urbano de Ouro Preto/MG, com a criação da primeira cooperativa de consumo que se tem registro, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Para atender as necessidades de funcionários públicos, operários, profissionais liberais e militares, se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul o cooperativismo rural surgiu mais precisamente a partir de 1902, com as cooperativas de crédito, idealizado por imigrantes alemães e italianos, que trouxeram na bagagem cultural suas experiências com o associativismo. A ideia principal era livrar-se dos atravessadores e especuladores. Mas acabaram travando em barreiras como territorial (devido às distâncias entre as propriedades) e a utilização do trabalho escravo. Em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Uma das finalidades das cooperativas de trabalho rural é a colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho, só que existem dificuldades em conseguir serviços para todos os cooperados e isto está relacionado diretamente com a rigorosa fiscalização dos fiscais do Ministério Público do Trabalho (MPT), que autuam as cooperativas com a aplicação do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC.

2.5 A agroecologia

Estudos recentes comprovaram que as práticas da agricultura convencional comprometem a produtividade futura em nome da produtividade do presente, objetivando a superprodução e o lucro, acaba degradando os recursos naturais e criando dependência de combustíveis não renováveis. Gliessman (2000, p. 36) afirma que existem seis práticas que são a base da agricultura moderna: o cultivo intensivo do solo, a monocultura, a aplicação de fertilizantes sintéticos, irrigação, controle químico de pragas e a manipulação genéticas.

Hoje a agricultura convencional está sendo questionada e avaliada, sendo este um fenômeno que ocorre concomitante em vários países no mundo. Seu maior desafio é exatamente mudar esta tendência, procurando buscar o aumento da produção de forma

mais sustentável, que consiga alimentar a crescente população humana sem comprometer a capacidade da natureza em renovar-se.

A história da agroecologia pode ser conta por dois vieses da ciência, o da agronomia e o da ecologia, cada qual defendida de acordo com suas orientações. No final dos anos 20 estas duas ciências uniram esforços e desenvolveram os primeiros conceitos de ecologia de cultivos, que nos anos 30 recebeu o conceito de agroecologia, a ecologia aplicada à agricultura. Nos anos 60 e 70 houve um aumento no interesse em aplicar a ecologia à agricultura e fatores como a intensificação de pesquisas e consciência ambiental permitiram que a agricultura pudesse ser vista sob a perspectiva ecológica.

A agroecologia surgiu como oposição em relação ao padrão produtivo agrícola convencional, concentrava-se em torno de um amplo conjunto de propostas “alternativas”, movimento que ficou conhecido como “agricultura alternativa”. Em 1972 é fundada em Versalhes, na França, a International Federation on Organic Agriculture (IFOAM). Logo de início, a IFOAM reuniu cerca de 400 entidades agroambientalistas e foi a primeira organização internacional criada para fortalecer a agricultura alternativa. Suas principais atribuições passaram a ser a troca de informações entre as entidades associadas, a harmonização internacional de normas técnicas e a certificação de produtos orgânicos (EHLERS, 2000, citado em PLANETAORGANICO, 2013).

A agricultura ecológica no Brasil surgiu a partir destes debates internacionais e da necessidade de se atender a este movimento que cresce de forma bastante expressiva. Quando chegou ao país, este tema foi sendo incorporado aos resultados nefastos oriundos da Revolução Verde e dos problemas relacionados à Amazônia e foi ainda na década de 70 que se têm as primeiras experiências com agricultura ecológica, desenvolvidas por indivíduos não organizados coletivamente.

Segundo Maia (2009), uma série de descobertas científicas, aliadas ao desenvolvimento tecnológico (fertilizantes químicos, motores de combustão interna, melhoramento genético de plantas), acabou por impor à agricultura um novo padrão de desenvolvimento, além de mudanças, tais como a redução da importância da rotação das culturas, o progressivo abandono do uso da adubação verde e do esterco na fertilização, a separação da produção animal da produção vegetal, a absorção de algumas etapas do processo de produção agrícola pela indústria. Além da exclusão dos

pequenos produtores pela consequente falta de acesso às tecnologias, o que acabou no processo de evasão das zonas rurais.

No Brasil, ainda na década de 70, José Lutzemberger lançou o “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?”, que questionava a forma de agricultura vigente, influenciando a opinião pública e abrindo precedente para um movimento amplo de contestação, dando início a um número impressionante de Organizações Não-Governamentais – ONGs em defesa de uma forma mais limpa de agricultura, que não seja tão agressiva e nociva ao meio-ambiente e a saúde dos animais e seres humanos no planeta.

Nos anos de 1981, 1984, 1987 e 1988 aconteceram os primeiros Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa – EBAA’s, unindo as Associações e Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil e a Federação dos órgãos para a Assistência Social e Educacional, surgindo assim o Projeto de Tecnologias Alternativas – PTA. Nesta mesma década a agroecologia fortalecida pelos fundamentos cientistas, fez surgir o termo Sustentabilidade, levando em consideração também as questões sociais, de forma inclusiva, pensando principalmente nas pequenas propriedades e nos agricultores familiares em seus mais diversos aspectos.

Considerando os aspectos ecológico, tecnológico e socioeconômico, a Agroecologia, ao contrário do que aparenta, não é uma disciplina nova, mas um novo campo de estudos, que busca combinar as contribuições de diversas disciplinas: Agronomia, Sociologia Rural, Ecologia e Antropologia. (De Jesus, 1996). Nesse sentido, a preocupação com os aspectos sociais e o enfoque científico dado ao estudo dos agroecossistemas são, provavelmente, os componentes que mais contribuíram para a rápida divulgação da agroecologia nos E.U.A (particularmente na Califórnia) e na América Latina. (PLANETAORGANICO, 2013).

Para Canuto (2006), a noção de agricultura ecológica, que é uma abstração, busca abarcar todos os sistemas nos quais haja uma clara inversão do sentido ecológico da agricultura de monocultivo: desde uma visão de otimização dos rendimentos físicos a custo do uso intensivo dos recursos naturais e do aporte de energia e materiais externos, até a construção de sistemas de mínima entropia, ou dito de outra forma, desde a adequação do meio à produção, até a integração da produção ao meio. De todos os modos, as agriculturas ecológicas, não podem ser identificadas como sistemas não entrópicos, já que praticamente todos os sistemas agrícolas são intervenções humanas que provocam mudanças no meio ambiente.

A agricultura ecológica compreende vários níveis de complexidade, portanto suscetível às diferenças dos agroecossistemas e dos manejos. Outro fator importante é a viabilidade econômica e financeira que a produção de orgânicos oferece, sendo esta uma forma do produtor rural aumentar a renda ou, para aqueles que estavam desistindo, até retomar suas atividades no meio rural, na sucessão familiar, evitando o ainda crescente êxodo rural.

Não podemos generalizar as formas de agriculturas ecológicas, vista que, de acordo com as necessidades de mercado, foram surgindo estilos bem distintos, como por exemplo, as variadas formas de se relacionar com a natureza em seus saberes tradicionais e as interações com os mercados, as tecnologias e com os demais atores sociais. Para Canuto (2006), os estilos emergentes, em que a base social é formada por agricultores pobres, as limitações ecológico/econômicas restringem igualmente a concretização dos referidos objetivos.

Conforme as demandas de mercado foram sendo criados novos nichos, direcionados a produtos ecológicos gerados sem os componentes químicos e tóxicos, mas produzidos em larga escala, caracterizando o monocultivo (como na agricultura convencional). Daí se caracteriza uma agricultura ecológica clássica, direcionada a atender as demandas mercantis, conforme suas exigências, com poder de produção massiva e especializada. Outra forma de agroecologia é a que beneficia os pequenos produtores rurais, familiares e que ainda preservam a diversidade e utilização de manejo que permite incrementar e promover a fertilidade do solo.

Mas o mercado ecológico está cada vez mais próximo do mercado convencional, pois com a entrada de grandes produtores em busca de apoderar-se desta nova fatia de mercado, limita a entrada dos pequenos produtores, haja vista que os grandes tendem a obter mais capital para investimentos em insumos biológicos e poder atender as grandes redes que absorvem suas produções. Fala-se em “convencionalização” das agriculturas ecológicas, ou seja, estão se formando modelos que devem se fortalecer com o aumento das demandas, o que acabará por limitar ou até excluir os pequenos produtores deste processo.

Para Canuto (2006), os estilos emergentes de agricultura ecológica se identificam com o que alguns autores hoje chamam de “ecologismo popular” visto que se constitui em uma prática produtiva que se associa à lógica dos movimentos sociais. Eles são concebidos desde sua origem como espaços de convergência entre as demandas sociais históricas e as novas demandas ecológicas. “Buscam dar resposta, a um tempo, aos

problemas da pobreza e aos da sustentabilidade ecológica. Pertencem ao âmbito das políticas generativas, onde se abre caminho à construção social de alternativas que tornem viáveis tanto a vida dos agricultores como da sustentabilidade ecológica global” (CANUTO, 2006, p. 50).

No movimento orgânico, podemos dividir em quatro grandes vertentes: agricultura biodinâmica, biológica, orgânica e natural. A agricultura biodinâmica é um pouco diferente da orgânica, principalmente porque faz uso de preparados biodinâmicos, com substâncias de origem mineral, vegetal e animal, altamente diluídas, segundo os princípios da homeopatia, aplicados no solo, nas plantas e nos compostos, com o objetivo de vitalizar as plantas e estimular o seu crescimento, além de efetuar as operações agrícolas como o plantio, poda, raleio, demais tratos culturais e colheita, de acordo com a disposição da lua e dos planetas.

A agricultura biológica na verdade, não difere em nada da agricultura orgânica, seus fundamentos são a fertilidade de solo e microbiologia, mas basicamente é a busca pela autonomia do agricultor e a comercialização direta.

A agricultura natural é um processo que defende o mínimo de interferência, mantendo o sistema agrícola o mais próximo possível dos naturais, pelo princípio de que para se manter o corpo purificado, é necessário ingerir alimentos livres de agentes agressores. Assim também surgiu a permacultura, integrando animais e vegetais aos mesmos processos naturais.

No Turismo Rural a agroecologia desempenha um importante papel, principalmente para o turismo desenvolvido em pequenas propriedades. Desta forma as famílias podem trabalhar nas suas atividades diárias e ao mesmo tempo demonstrar o que os turistas chamam de “como se fazia antigamente”, quando o agricultor observava e respeitava o tempo da natureza.

Quando os visitantes chegam às pequenas propriedades rurais buscam encontrar práticas iguais àsquelas praticadas por seus antepassados, como que um resgate ou um retorno ao passado e, é claro, também adquirir produtos que tenham sido cultivados e forma ecológica.

2.6 O Turismo Rural

O turismo é um fenômeno que, segundo Zimmermann (2006, p. 12) “se refere ao movimento de pessoas dentro de seu próprio país ou cruzando fronteiras. Este movimento revela *elementos* como interações e relacionamentos individuais e grupais, compreensão humana, sentimentos, percepções, motivações, pressões, satisfação, noção de prazer, etc”.

Zimmermann descreve bem este fenômeno, relatando que é basicamente composto de três elementos: “o homem (elemento humano como autor do ato de turismo), o espaço (elemento físico, necessariamente coberto pelo próprio ato) e o tempo (elemento temporal que é consumido pela própria viagem e pela estada no local de destino)”. (ZIMMERMANN, 2006, p. 12).

O turismo desenvolvido no ambiente rural no Brasil vem despontando de forma promissora, seja uma forma de agregar renda à propriedade que desenvolve atividades agropecuárias ou mesmo sendo a fonte principal de trabalho e renda. É significativo o número de propriedades rurais que estão incorporando atividades turísticas em suas rotinas. Souza *et al* (2011, p. 93), definem o Turismo Rural como “uma atividade capaz de auxiliar no incremento da qualidade de vida de famílias que vivem no campo, graças à geração de uma séria de benefícios proporcionados pela inserção dessa atividade no meio rural’.

O “novo rural” brasileiro possui características que permite que o Turismo Rural seja capaz de interagir com o meio urbano. Wanderlei (2000, *apud* Souza *et al.* 2011, p. 95), cita um conjunto de elementos que caracterizam essa nova realidade, dentre elas “[...] relações de complementaridade com o urbano, crescimento demográfico, valorização dos patrimônios cultural e natural e o surgimento de novos papéis atribuídos aos agricultores, abrangendo aspectos que vão desde a preservação da paisagem e a proteção ambiental até a reprodução das tradições culturais rurais”.

O MTUR (2004) defende que o Turismo Rural tem seu crescimento explicado pela “[...] necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos e pela vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior”. (MTUR, 2004, p. 07)

A prática do Turismo Rural pode proporcionar benefícios como:

A diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; a melhoria das condições de vida das famílias rurais; a interiorização do turismo; a difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias; a diversificação da oferta turística; a diminuição do êxodo rural; a promoção de intercâmbio cultural; a conservação dos recursos naturais; o reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza; a geração de novas oportunidades de trabalho; a melhoria da infraestrutura de transporte, comunicação e saneamento; a criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais; a melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis; a integração do campo com a cidade; a agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção; a promoção da imagem e revigoramento do interior; a integração das propriedades rurais e comunidade; valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho; o resgate da autoestima do camponês. (MTUR, 2004, p. 09).

Os primeiros roteiros turísticos rurais foram registrados em 1984, em Lages/SC, quando agricultores resolveram receber turistas em suas propriedades por causa de dificuldades financeiras. Desde então o Turismo Rural espalhou-se pelo país, tornando-se um importante fator de desenvolvimento e crescimento local.

Diferentes terminologias foram surgindo e causando divergências entre estudiosos e promotores do turismo, por isso Tulik (2003, *apud* Souza *et al.* 2011, p. 97), propõe uma classificação mais ampla do Turismo Rural no conjunto das modalidades turísticas, como:

- Turismo Alternativo: com ênfase nas questões ambientais, abrange o Ecoturismo, o Turismo Cultural, o Turismo de Aventura e o Turismo Rural;
- Turismo no Espaço Rural (TER) ou Turismo em Áreas Rurais (TAR): compreende todas as formas de turismo no espaço rural;
- Turismo em áreas Rurais e Naturais: termo bastante abrangente que inclui o Turismo Verde, o Agroturismo, o Ecoturismo, o Turismo de Aventura e o Turismo Rural;
- Turismo na Natureza ou Ecoturismo: contemplação da fauna e da flora;
- Turismo Cultural: compreende um conteúdo cultural;
- Agroturismo: pressupõe o contato direto do turista com as atividades rurais;
- Turismo Rural: embora amplo este tipo de turismo compreende o relacionamento com as paisagens, o estilo de vida e a cultura rural. (TULIK, 2003, *apud* Souza *et al.* 2011, p. 97)

Autores como Campanhola e Graziano da Silva (2000, apud Souza *et al.* 2011), preferem distinguir o Turismo Rural do Agroturismo, pois entendem que apesar de estarem interligados existe uma separação entre as diferentes formas de lazer e recreação nas atividades dentro e fora das propriedades rurais.

Souza *et al.* (2011, p. 99) apresentam uma forma interessante de analisar o turismo desenvolvido em áreas rurais, onde o Turismo Rural Tradicional relacionam-se com a história do país, com a seguinte classificação:

- Turismo Rural de Origem Agrícola: remete-nos os ciclos do café, açúcar e ouro, onde o turismo é realizado nas fazendas, especialmente em São Paulo e Lages/SC;
- Turismo Rural de Colonização Europeia: relaciona-se á colonização europeia, especialmente na região sul e inclui-se aqui o turismo nas pequenas propriedades;
- Turismo Rural Contemporâneo: está associado ao modo de vida e cultura do campo, como por exemplo, os hotéis-fazenda os *spas* e os *campings* rurais. (SOUZA *et al.* 2011, p. 99).

Devido a esta diversidade de conceituação, o turismo desenvolvido no meio rural encontra entraves para a formulação de políticas específicas para o setor, o que acaba atrasando seu desenvolvimento. Mas a confusão com os conceitos não impede que os protagonistas encontrem maneiras de explorar esta atividade, pois existe uma demanda a se considerar, que procura aliar descanso e contato com a natureza à oportunidade de não apenas desfrutar do modo de vida do interior, mas muitas vezes interagir com o próprio processo produtivo.

O turismo em áreas rurais tem à sua disposição as belezas naturais e existem ações que se destacam neste cenário como a Serra Gaúcha com Gramado, Canela, etc. com a neve no inverno, as praias paradisíacas de Santa Catarina, entre tantos outros. Estes locais tem algo em comum: o investimento. Ações que servem para atrair não somente o público, mas também o interesse de potenciais investidores, que direcionam recursos e criam condições para o desenvolvimento do turismo local.

2.7 O perfil do turista em Porto Alegre

No ano de 2007, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS realizou a Pesquisa de Perfil do Turista Nacional, o que permitiu em 2010 uma atualização realizada pela SMTUR, em parceria com a FARGS, com apoio da Infraero e da Veppo, que teve por objetivo a criação de um banco de dados para o planejamento e formulação de novos produtos e também a geração de estratégias promocionais dos destinos turísticos consolidados em Porto Alegre. A pesquisa buscou “caracterizar o fluxo nos principais portões de saída do município; identificar os principais centros emissores de turistas; conhecer os hábitos de viagem dos turistas que vêm a Porto Alegre; estabelecer o perfil socioeconômico do visitante da cidade; analisar os impactos econômicos desse turista em sua estada em Porto Alegre; avaliar a infraestrutura e os serviços ligados ao turismo em escala municipal”. (SMTUR, 2010, p. 09)

A pesquisa foi realizada na área de embarque doméstico do Aeroporto Internacional Salgado Filho e na rodoviária de Porto Alegre, nas plataformas intermunicipal e interestadual, onde foram verificados fatores como motivação da viagem, procedência, tempo de permanência em Porto Alegre, atividades realizadas no destino, modo de organização da viagem, meio de hospedagem utilizado, com que frequência visita Porto Alegre, o que considera como os principais atrativos e atributos turísticos da cidade, etc.

Foi obtido uma gama de resultados que não cabe aqui sua explanação na íntegra, mas será realizada uma breve análise de aspectos pontuais da pesquisa.

Os grupos em trânsito tinham como destino final em ordem de frequência, na rodoviária: outros estados do sul do país, Litoral Norte, Serra Gaúcha e Costa Doce. No aeroporto: Serra Gaúcha, Grande Porto Alegre e região dos Vales. Quanto a motivação das viagens obteve-se o seguinte resultado: visitar amigos e parentes (35,8%), negócios ou trabalho (35%), lazer (12,8%), saúde (8,9%) e estudos ou cursos (4,7%). (SMTUR, 2010, p. 20).

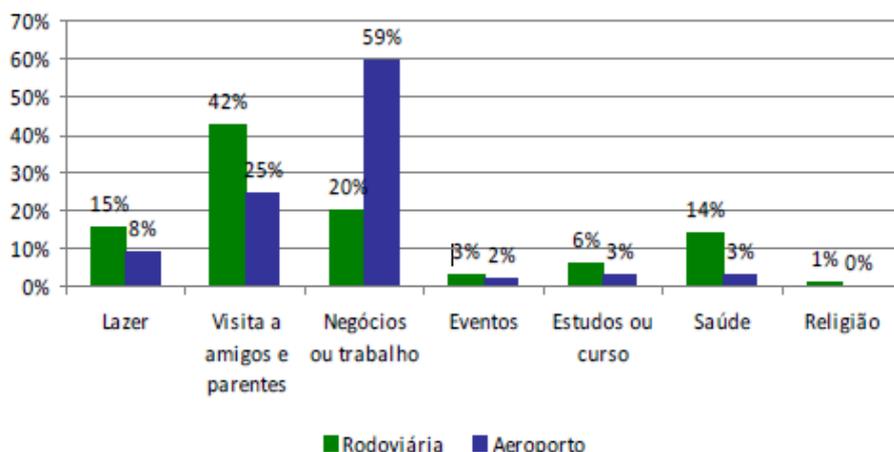


Tabela 01: Motivação da viagem por local e coleta.

Fonte:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/perfilnac2010_apresentacao_final.pdf.

Acesso em: 12 jul. 2013.

Quando perguntados sobre atividades realizadas em sua estadia na cidade, foram apresentadas onze opções, a que obteve maior frequência foi a visita a amigos e parentes, com 46% dos entrevistados, seguida por trabalhos e negócios, com 38%. Visitas a propriedades rurais foram citadas por apenas 3% dos entrevistados.

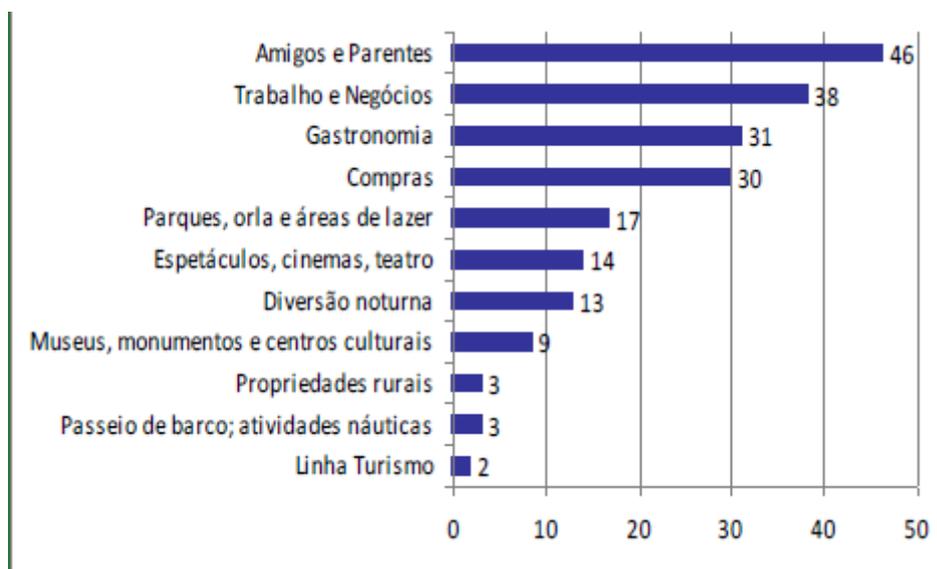


Tabela 02: Atividades realizadas.

Fonte:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/perfilnac2010_apresentacao_final.pdf.

Acesso em: 12 jul. 2013.

Quando questionados sobre o modo que organizaram a sua viagem até Porto Alegre foram apresentados quatro opções e os resultados foram: de forma independente foi 70%, seguido pelo lugar onde trabalha 21%, agências de viagens ficaram com apenas 6% das respostas.

Sobre a principal fonte de informação para organizarem suas atividades em Porto Alegre, já estando no destino, dentre as nove opções as respostas foram: 38% já conhecia a cidade, 28% possuem amigos e parentes, 16% pela internet e 11% no local onde trabalha.

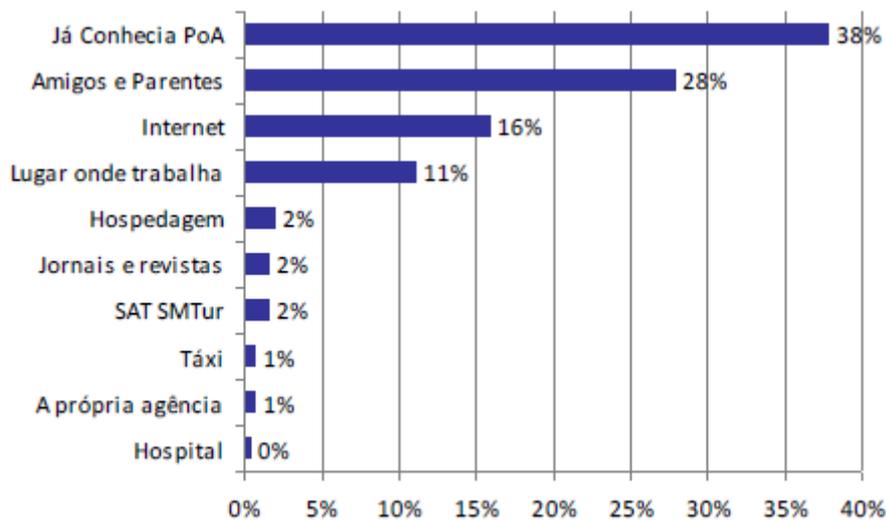


Tabela 03: Fonte de informação para organizar atividades.

Fonte:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/perfilnac2010_apresentacao_final.pdf.

Acesso em: 12 jul. 2013.

Outros resultados importantes foram obtidos, como o tempo de estadia na cidade que permanece entre 01 e 02 dias, com 51% das respostas e quanto ao meio de hospedagem utilizado, sendo a casa de amigos e parentes 51% seguido por hotéis ou flats 40%.

A pesquisa teve como um dos seus maiores objetivos realizar uma avaliação onde os turistas que visitam Porto Alegre possam dar suas opiniões sobre os atrativos turísticos, as melhorias que percebem como necessárias, a infraestrutura e serviços turísticos oferecidos. 66,4% avaliaram como bom o destino; os serviços ligados diretamente ao turismo Restaurantes/Gastronomia são os mais bem avaliados, seguidos por Hospedagem, Opções de Lazer e Entretenimento, Atrativos turísticos e Informação

turística. Os itens cuja avaliação obteve os piores resultados foram segurança pública, sinalização urbana e limpeza urbana.

	MUITO FRACO	%	FRACO	%	BOM	%	MUITO BOM	%	NA	MÉDIA DE 1 A 4
ATRATIVOS TURÍSTICOS	4	2,2	22	12,3	104	58,1	48	26,8	80	3,1
OPÇÕES DE LAZER E ENTRETENIMENTO	4	2,1	12	6,3	108	56,3	68	35,4	66	3,2
INFORMAÇÃO TURÍSTICA	3	2,4	27	21,8	80	64,5	14	11,3	134	2,8
MEIOS DE HOSPEDAGEM	4	2,7	7	4,7	80	53,3	59	39,3	108	3,3
RESTAURANTES / GASTRONOMIA	0	0,0	6	2,7	111	50,5	103	46,8	38	3,4
PREÇOS	16	6,7	44	18,5	153	64,3	25	10,5	20	2,8
LIMPEZA PÚBLICA	25	10,2	58	23,6	131	53,3	32	13,0	12	2,7
SEGURANÇA PÚBLICA	36	15,4	52	22,2	132	56,4	14	6,0	24	2,6
TRANSPORTES	5	2,4	17	8,1	144	68,9	43	20,6	49	3,1
ACESSO	13	5,2	14	5,6	142	56,8	81	32,4	8	3,2
SINALIZAÇÃO URBANA	20	9,5	47	22,4	114	54,3	29	13,8	48	2,7
HOSPITALIDADE	4	1,7	16	6,9	112	48,5	99	42,9	27	3,3
AValiação GERAL	2	0,8	8	3,3	162	66,4	72	29,5	14	3,2

Tabela 04: Avaliação do destino.

Fonte:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/perfilnac2010_apresentacao_final.pdf.

Acesso em: 12 jul. 2013.

Com relação aos atributos turísticos, obteve-se os seguintes resultados:

QUAIS OS PRINCIPAIS ATRIBUTOS/ATRATIVOS TURÍSTICOS DE PORTO ALEGRE?	F	%
Não Sabe/ Não Respondeu	78	22%
Parques	52	15%
Atrativos Culturais	41	12%
Compras	32	9%
Sítio Natural/ Paisagem	31	9%
Programação Cultural	26	7%
Gastronomia	22	6%
Diversão Noturna	21	6%
Bairros da Cidade	18	5%
Futebol	13	4%
Estrutura Urbana e Serviços Públicos	7	2%
Hospitalidade	4	1%
Eventos	3	1%
Serviços de Saúde	3	1%
Negócios	1	0%
TOTAL ENTREVISTAS	244	
TOTAL RESPOSTAS	352	100%

Tabela 05: Principais atrativos.

Fonte:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/perfilnac2010_apresentacao_final.pdf.

Acesso: 12 jul. 2013.

Chama a atenção o índice que demonstra a quantidade de pessoas que não souberam responder, como a própria pesquisa aponta provavelmente este fato pode indicar um baixo investimento na divulgação dos destinos, que se confirma quando observamos os demais destinos citados, que recebem especial atenção como os parques da capital, a Usina Gasômetro, Casa de Cultura Mario Quintana, e prédios históricos, como Paço Municipal e entorno das Praças da Alfândega e da Matriz.

Em suma podemos dividir os resultados desta pesquisa em dois grupos: Um que visita Porto Alegre por motivos como visita a amigos e parentes, lazer, ou busca por serviços de saúde, e que tende a utilizar meios de hospedagem não comerciais, e a realizar mais atividades ligadas às opções culturais, comerciais e lúdicas da cidade e outro grupo que procura por negócios ou trabalho, que se hospeda principalmente em meios comerciais e que desfruta pouco das opções de lazer e compra da cidade.

O turismo Rural, apesar de reconhecida importância, está bem distante de figurar entre os principais atrativos da cidade, o que preocupa e ao mesmo tempo instiga, pois está claro que o setor carece de investimentos para desenvolver plenamente suas potencialidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados os procedimentos utilizados para a coleta de dados e a delimitação da população que serviram de base para este estudo.

3.1 Critérios para a coleta de dados

A pesquisa é uma investigação sistemática de um problema com o fim de descobrir novos conhecimentos, princípios e fatos. Esta busca pelos conhecimentos é dividida em etapas, que são regidas por normas. Estas normas se utilizam de métodos, que são instrumentos e procedimentos utilizados com o intuito de descobrir a verdade dos fatos, cuja ciência chama-se metodologia.

A metodologia deste estudo teve por base uma abordagem qualitativa, que não se preocupou com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Para Casali (2012), na pesquisa qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de coleta dos dados e o pesquisador é considerado instrumento chave no processo. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e avaliativo.

O método de pesquisa utilizado neste trabalho foi a pesquisa de campo, que para Fonseca (2002, *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009), caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com recursos de diferentes tipos de pesquisa.

O procedimento consistiu na aplicação de um instrumento de pesquisa pré-determinado, neste caso o formulário misto, com perguntas fechadas e abertas, que foram aplicados na forma de uma entrevista pessoal. “Os formulários consistem em um conjunto de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador durante uma entrevista face a face” (MARCONI; LAKATOS, 1996, citado por CARNEVALLI E MIGUEL, 2001, p. 03) (APÊNDICE 01). Utilizou-se também o recurso de gravação em áudio.

O formulário foi dividido em duas partes: as primeiras perguntas dizem respeito mais a estrutura da propriedade; a segunda parte do formulário exige respostas descritivas e questionam a estrutura familiar, as práticas ecológicas, o Turismo Rural, etc. As perguntas foram elaboradas à partir do questionário de Turismo Rural 2012, do Instituto de Desenvolvimento de Turismo Rural – IDESTUR.

Durante a realização da pesquisa, algumas questões foram colocadas de forma bem imediata, enquanto outras foram aparecendo naturalmente no decorrer do trabalho de campo. O trabalho de campo ocorreu entre 10 de junho e 12 de julho de 2013.

A pesquisa preocupou-se em identificar fatores que contribuíram para a ocorrência do fenômeno Turismo Rural em Porto Alegre a partir das experiências daquelas pessoas que estão vivenciando o fenômeno, muito embora a ciência utilizada não se limitasse a estabelecer a legalidade dos fatos, mas procurou investigar as causas determinantes da ocorrência dos mesmos. Sem esquecer-se que o conhecimento científico no meio rural é baseado, também, nas observações empíricas que são verificáveis e podem ser replicadas.

Nesta sessão será apresentada também, a Feira Ecológica da José Bonifácio, onde diversos agricultores da zona sul de Porto Alegre comercializam seus produtos e o Programa Caminhos Rurais de Porto Alegre, veículo do estudo em questão.

Quanto às amostras, podemos dizer que elas poderiam ser probabilísticas, quando a escolha dos elementos da amostra é aleatória, ou não probabilísticas, quando a escolha dos elementos não é feita aleatoriamente. Devido ao fato de existir um número considerável de propriedades que trabalham com TR em Porto Alegre e que se encaixariam neste estudo, optou-se pela escolha não probabilística, realizando um recorte neste cenário. Foram entrevistadas quatro propriedades e todas elas participam do Programa da Secretaria de Turismo de Porto Alegre “Caminhos Rurais de Porto Alegre”.

O indicado é que se defina um número de entrevistas que seja suficiente para permitir certa reincidência das informações e que o número definido de amostras garanta um máximo de diversificação e abrangência para levar à compreensão do fato social a ser investigado.

O objetivo das entrevistas é produzir informações suficientes que sejam capazes de apresentar novas perspectivas acerca da realidade do Turismo Rural em uma metrópole, observando aspectos como “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (DESLAURIERS, 1991, *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

A análise qualitativa dos resultados se dará com base no conteúdo, conquistando a legitimidade da pesquisa qualitativa. Para Alves e Silva (1992) “ela visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar

os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto”.

A apresentação e análise dos dados foram feitas a luz do referencial bibliográfico apresentado, nas informações fornecidas pelos agricultores e também a partir da visão crítica da pesquisadora.

3.2 Delimitação e localização da população de estudo

Baseando-se no fato de que numa metodologia de base qualitativa “o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori* – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações” (DUARTE, 2002), aliado a identificação de padrões simbólicos encontrados durante as entrevistas, considerou-se o material de análise consistente, o que descartou a necessidade de novas amostras.

Foram visitadas e entrevistadas quatro famílias de agricultores (unidades de análise) que se dedicam, além das atividades agrícolas e o comércio dos produtos e ao turismo agroecológico. As propriedades que serviram de base para este estudo são: O Sítio do Tio Juca, o Sítio dos Herdeiros, o Sítio Capororoca e o Sítio Chimango que estão localizados nos bairros Vila Nova e Lami, na zona sul da cidade de Porto Alegre/RS.



Figura 01: Mapa de Porto Alegre.

Fonte: <https://maps.google.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2013.

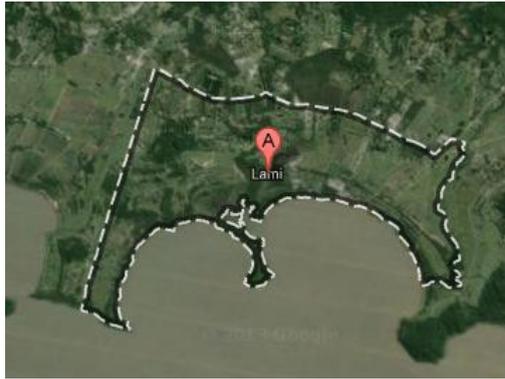


Figura 02. Mapa do bairro Lami, POA/RS

Fonte: <https://maps.google.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2013.

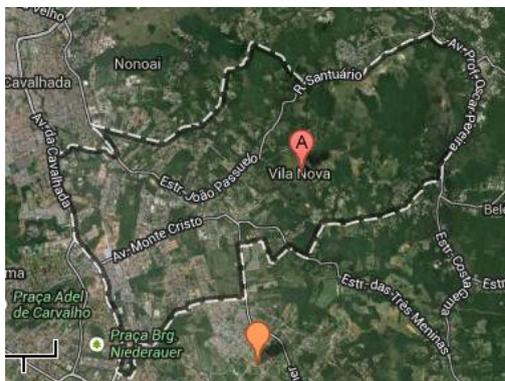


Figura 03. Mapa do bairro Vila Nova, POA/RS

Fonte: <https://maps.google.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2013.



Figura 04. Sítios no bairro Lami, POA/RS

Fonte: <https://maps.google.com.br>.

Acesso em: 16 jun. 2013.



Figura 05. Sítio no bairro Vila Nova, POA/RS

Fonte: <https://maps.google.com.br>.

Acesso em: 16 jun. 2013.

4 AS PROPRIEDADES VISITADAS: CONTEXTO E CARACTERÍSTICAS

4.1 A Zona Sul de Porto Alegre

O município de Porto Alegre situa-se na porção leste do estado do Rio Grande do Sul, localizado no paralelo 30°sul. Atualmente a população de Porto Alegre é de 1.409.351 pessoas, com uma área territorial de 496,684Km² e sua densidade demográfica é de 2.837,52 hab/Km (IBGE, 2010). No âmbito do Meio Ambiente, Porto Alegre é uma das cidades com maior área verde por residentes, eram 43,47 metros quadrados por habitante (SMAM, 2012, citado por OBSERVAPOA,2013).

A área delimitada para este estudo está localizada na região sul do Município e corresponde à aproximadamente 48% de sua área total, com 225,47 km² (PREFPOA, 2012).



Figura 06: Mapa das zonas de Porto Alegre. Zona sul em verde.

Fonte: <http://www.americansoftware.com.br/produtos/produtos-poa.htm>. Acesso em: 13 Ago. 2013.

A zona sul da cidade possui característica de terrenos baixos e planos que se estendem até o Lago Guaíba, com uma sequência de morros chamados de “Crista de Porto Alegre”, cortada por dois pequenos vales.

Devido às suas características, a zona sul revela sua importância social, ambiental, econômica e cultural, destacando-se na “produção de hortigranjeiros, desenvolvida em áreas que se intercalam com vários núcleos de ocupação urbana, essa macrozona

também tem importância pelo seu significativo patrimônio natural, cuja preservação implica na manutenção da qualidade da cidade como um todo” (PREFPOA,2012).

Para Flores (citado por Bastian, 2010), o crescimento da zona sul foi retardada pelas características geográficas da região, devido aos morros e relevo acidentado.

Se comparado ao rápido processo de urbanização que sofreu a cidade, a zona sul manteve suas características rurais por um período de tempo bastante considerável, mas com o aumento populacional e com os assentamentos irregulares veio o impacto ambiental. Com a degradação ambiental, principalmente devido ao lançamento inadequado de esgotos domésticos e de empresas diretamente no solo ou no rio, resultou em dano ambiental¹.

No final da década de 90 foi levado para a região um aterro sanitário, que só foi desativado nesta última década por esgotamento de sua capacidade, e mais tarde foi levada uma lavanderia industrial, que está em pleno funcionamento muito próxima de Áreas de Proteção Permanente – APP e de Reserva Legal – RL².

As áreas de Reserva Legal são aquelas localizadas no interior de uma propriedade ou posse rural, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas. As áreas dos imóveis rurais consideradas de Preservação Permanente e de Reserva Legal são isentas de tributação e do pagamento do Imposto Territorial Rural, previstas na lei nº 4.771, de 1965, com a nova redação dada pela lei nº 7.803, de 1989, somente sendo reconhecida sua existência se em concordância com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

Segundo Bastian (2010), considerando o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade de Porto Alegre – PDDUA foi criada a Lei 434 de 1º de dezembro de 1999, que considera as regiões de características diferenciadas, divididas em espaços de características parecidas, ou seja, a cidade de Porto Alegre foi dividida

¹ Conforme o inciso II do Art. 6º. Da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o impacto ambiental pode ser positivo e trazer benefícios, ou negativo, adverso. Dano ambiental ainda não tem respaldo jurídico, devido à falta de entendimento quanto à sua definição, mas sabe-se, pela definição da própria palavra, que significa prejuízo, no caso, pode ser ao meio-ambiente, à sociedade, etc. Existem impactos autorizados pela sociedade, são necessários à vida humana e normalmente feitos após diversos estudos.

²De acordo com os Arts. 2º e 3º da lei nº. 4.771/65, do Código Florestal, é definido o termo APP, área coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, incluindo-se as demais formas de vegetação nativa, primitiva ou vegetação existente sem a intervenção do homem.

em duas áreas diferentes: Área de Ocupação Intensiva – AOI e Área de Ocupação Rarefeita – AOR, neste caso, para que sejam preservadas as características como fauna e flora e demais elementos que compõe a natureza.

Os espaços localizados nas áreas de ocupação rarefeita, mas que têm forte influência do meio urbano também são chamados de “rururbanos”, mas esta classificação acarretou uma série de problemas para os produtores rurais, por exemplo, a confusão com a tarifação sobre a utilização das terras. Mesmo que o poder público através da lei complementar municipal nº 482 de 2002, tenha isentado de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana – IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo – TCL para aqueles que comprovassem que exerciam atividades relacionadas a produção primária (BASTIAN, 2010) (em junho de 2013 a Prefeitura de Porto Alegre reafirmou esta lei: “A não incidência de IPTU e a isenção de taxa de lixo é garantida por lei a todos os residentes da zona rural de Porto Alegre que sejam produtores”), em alguns locais o IPTU passou a ser cobrado, em outros foram feitos arranjos e mantidos os impostos rurais.

Ainda conforme Bastian (2010), estas unidades territoriais são divididas em macrozonas, Unidade de Reestruturação Urbana – UEU, com peculiaridades quanto aos aspectos socioeconômicos, paisagísticos e ambientais.

Mesmo com problemas sérios com a falta de infraestrutura, a zona sul de Porto Alegre obteve na década de 90 investimentos de saneamento, beneficiando os moradores e trabalhadores, teve suas águas liberadas para banho devido a projetos de despoluição da bacia hidrográfica do rio Guaíba, o que ajudou a população a recuperar parte de sua capacidade turística.

Hoje a região nos permite um cenário diversificado que contém pequenas propriedades rurais, condomínios de luxo, loteamentos regularizados e de ocupações irregulares, indústrias, APP’s, além da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger e do Parque Estadual Itapuã.

A agricultura desenvolvida na região é bem diversificada, reserva cerca de 120 hectares para a produção de frutas, flores orgânicas (inclusive comestíveis), olerícolas, verduras, legumes, suínos, bovinos de leite e corte, equinos e a pesca artesanal. Em sua grande maioria são pequenos agricultores, alguns seguem uma orientação mais intensiva com pacotes tecnológicos, mas um número bastante expressivo está dedicado à

agroecologia, onde o objetivo é a qualidade e diversidade dos alimentos em uma agricultura ambientalmente mais equilibrada e socialmente mais justa.

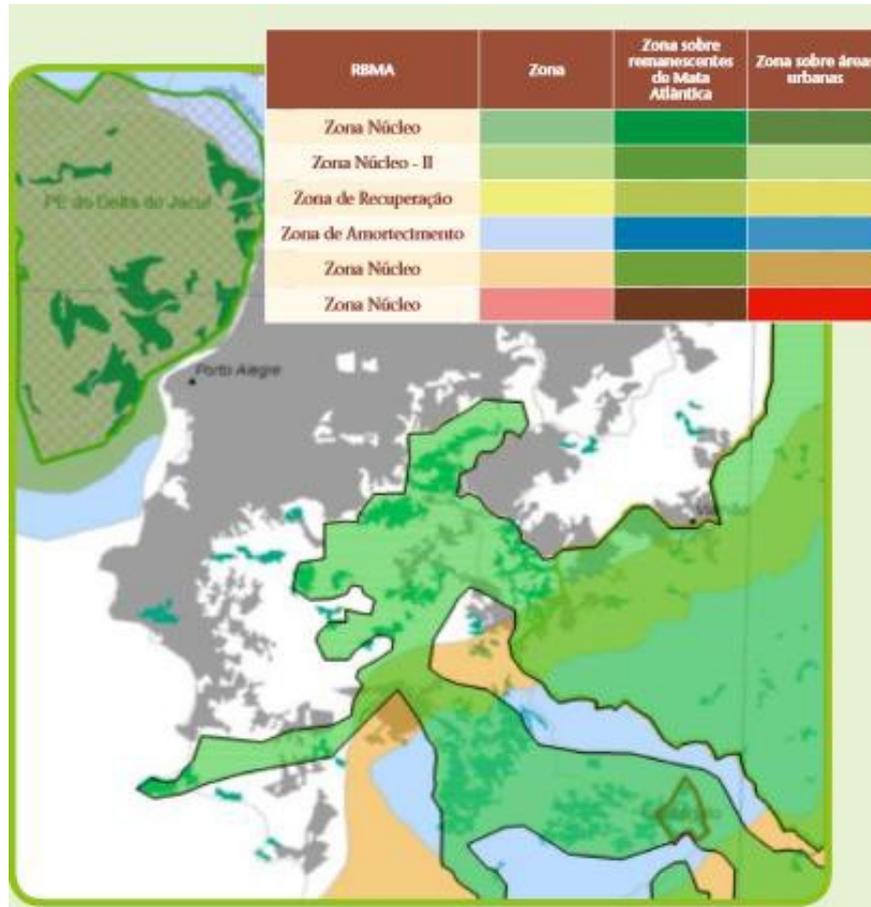


Figura 07. Divisão zonas: Áreas urbanas e remanescentes de mata atlântica em Porto Alegre.

Fonte: www2.portoalegre.rs.gov.br. Acesso em: 16 jun. 2013.



Figura 08. Propriedades rurais no município de Porto Alegre/RS

Fonte: www2.portoalegre.rs.gov.br. Acesso em: 16 jun. 2013.

Nas últimas décadas a região assumiu sua identificação com o meio original, o rural e percebeu-se o crescimento de pequenos estabelecimentos rurais como propriedades que exploram a atividade turística rural, espaços para reuniões sociais como encontros para meditação e contemplação da natureza, moradores ditos “alternativos” que adquirem propriedades para moradias ecologicamente estruturadas, mercados, escolas, postos de saúde, mas também cresceram os demais segmentos urbanos como condomínios de luxo, indústrias, loteamentos regularizados e de ocupações irregulares, etc. Áreas que antes eram destinadas a produção de alimentos, estão sendo tomadas por uma série de empreendimentos com fins ideológicos ou capitalistas, se tornando um recebedor do excedente urbano.

As mudanças que ocorrem na zona sul de Porto Alegre são inevitáveis e este não é um fenômeno isolado, os grandes centros urbanos precisam se expandir e nada mais normal que avançar sobre as poucas áreas rurais existentes. No caso de Porto Alegre, este fato só não foi alcançado antes por causa de suas barreiras naturais (morros) e da infraestrutura.

Porto Alegre foi um município essencialmente agrícola somente até 1835, quando extensas chácaras ocupavam a região além da

delimitação da zona urbana. A sua condição de centro político e administrativo rapidamente alterou essa situação, passando a desenvolver uma economia predominantemente urbana comercial e industrial. Os produtos agrícolas necessários para a reprodução desse mercado em expansão passaram a vir dos municípios limítrofes, nos quais a ampliação urbana se deu mais tardiamente. (MENTZ, 2002, citado por KOZENIESKI et al., 2009, p. 34).

Assim, no meio rural de Porto Alegre acabam surgindo novas características e novas atividades, com uma grande diversidade de situações, interesses e atores envolvidos. Ao observarmos estas modificações, devemos considerar não apenas as questões econômicas de propriedade, produção e capital, mas as consequências que futuramente ocorrerão, como as mobilidades vertical (mudanças de classe) e horizontal (movimentos migratórios) da população rural.

Atualmente existem grupos que se organizaram de forma a buscar resultados para suas reivindicações, o que nos faz acreditar que alguma coisa pode ser feita para modificar esta tendência. Há uma espécie de valorização quanto à identidade, onde os atores sociais buscam os laços de relação com os territórios de origem e interagem para promover mudanças positivas como a valorização do trabalho e maior qualidade de vida.

4.2 Programa Caminhos Rurais de Porto Alegre

Caminhos Rurais de Porto Alegre é um programa que iniciou em 2005 com a iniciativa da Secretaria de Turismo de Porto Alegre em parceria com COODESTUR e alunos da Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS. Mesmo antes da criação deste projeto, já havia propriedades que recebiam turistas de forma independente, o que despertou o interesse destas instituições.

Quando o projeto iniciou em 2005 haviam 41 propriedades cadastradas, distribuídas em 11 bairros, mas houve mudanças e hoje são menos de 30 propriedades rurais. Estima-se que estas propriedades desistiram da atividade turística porque não conseguiram vincular o turismo dentro das suas atividades, ou porque já não estão mais na atividade rural ou então porque não residam mais na propriedade. Esta foi uma mudança muito significativa, resultando na evolução de um perfil.

Segundo a SMTUR, para que os proprietários tivessem mais autonomia e autogestão, a Secretaria concedeu o uso do domínio criado para o programa “caminhosrurais.tur” à recém criada Associação Porto Alegre Rural, visando fortalecer o associativismo, porque entendem que é importante a Associação ter esta independência. Hoje este assunto gera certa polêmica e está nas pautas de discussões da SMTUR e Associação Porto Alegre Rural.

Para participar do programa, a propriedade tem que se capacitar, inicialmente participando de cursos oferecidos no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que posteriormente também são ofertados de dois em dois anos para atualizações e novos aprendizados.

A Associação Porto Alegre Rural definiu em seu site que o turismo rural é “como alternativa de manutenção da área rural produtiva e também de conservação dos espaços naturais, ambos ameaçados pelo processo de descaracterização das áreas de entorno, que comprometem a região sul da cidade, último e maior reduto verde da capital”.

Desde 2011 as propriedades que oferecem alimento tem que obter o SIM Vegetal, que é o Serviço de Inspeção Municipal de produtos de origem vegetal. O projeto Caminhos Rurais de Porto Alegre estabelece o acompanhamento técnico das famílias que produzem e beneficiam produtos vegetais nas agroindústrias da zona rural da capital e são acompanhados por extencionistas do Centro Agrícola Demonstrativo (CAD) que além de realizar reuniões, palestras e cursos, também prestam assistência diretamente às propriedades rurais.

Nos últimos meses as propriedades tiveram que adequar suas instalações para atender a exigências de normativas técnicas para produção nas agroindústrias. Mas foram estabelecidas legislações específicas para estes produtos que são comercializados nas propriedades e nas feiras, de forma a preservar os sabores e as práticas que caracterizam os produtos oriundos da agricultura familiar na região metropolitana de Porto Alegre.

A importância da agricultura familiar é cada vez mais evidenciada nos governos populares, prova disso são as políticas públicas implementadas para a melhoria da qualidade de vida destas famílias. A criação do Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, “Sabor Gaúcho”, na gestão 1999-2003, hoje transformado em Política Estadual de Agroindústria Familiar, criada pela Lei nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012 e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado pela Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE), regulamentado pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, são exemplos de políticas públicas que priorizam a agricultura familiar. Além de reconhecer as dinâmicas de desenvolvimento local, estas ações demonstram respeito aos valores de uma agricultura voltada à diversificação (Programa Estadual da Agricultura Familiar, 2012).

4.3 A Feira Ecológica da José Bonifácio

A conhecida Feira Ecológica da José Bonifácio – FEJB, como o próprio nome diz, está localizada na Rua José Bonifácio, entre as avenidas Oswaldo Aranha e João Pessoa, ao lado do Parque Farroupilha também conhecido por Parque da Redenção, bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. A feira existe desde 1989, sempre aos sábados, é composta por agricultores de Porto Alegre, Viamão, Ipê e outros municípios gaúchos, que produzem e comercializam seus produtos sem o uso de agentes químicos, são produtores agroecológicos que vendem seus produtos de forma direta aos consumidores. Neste mesmo local, aos domingos existe o conhecido nacionalmente Brick da Redenção, onde são comercializados objetos antigos e artesanatos.



Figura 09. Feira Ecológica da José Bonifácio – Porto Alegre.

Fonte: <http://www.criandoestima.com>. Acesso em: 12 jun. 2013.

Nesta feira são comercializados alimentos *in natura* e produtos industrializados pelos agricultores familiares. Além de ser um espaço para a aquisição de renda, a feira é também

espaço para trocas, que ocorrem a todo o momento, é a interação dos agricultores entre si e com as populações que buscam muito além de produtos saudáveis, buscam informações, momentos agradáveis e muita conversa.

Estas feiras constituem espaço para oportunidades de comercialização justas e solidárias para as famílias de agricultores, antes, restritas a vender seus produtos a atravessadores (BASTIAN, 2010). Para participar das feiras agroecológicas, os agricultores familiares têm que estar vinculados a uma Organização de Controle Social – OCS, esta é uma exigência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. As leis brasileiras exigem certificação para produtos de origem orgânica, mas o MAPA abriu uma exceção para a agricultura familiar, comercializar seus produtos direto ao consumidor.

Esta relação de confiança é selada com obrigatoriedade de participação dos agricultores familiares em associações, consórcios ou cooperativas, com o ou sem personalidade jurídica, desta forma cria-se uma espécie de controle sobre o processo de produção do produto comercializado. A venda direta, sem intermediários, deve ser feita por um produtor membro da família que participe do processo de produção, comprometido com as responsabilidades que advém da participação de uma organização participativa (MAPA, 2009).

O papel da OCS é o de gerar credibilidade aos grupos que trabalham neste sistema, promovendo ações coletivas para avaliar a conformidade dos fornecedores aos regulamentos técnicos da produção orgânica e manter os agricultores familiares orientados sobre decisões técnicas que sejam atribuídas por estes regulamentos, estes que são pré-definidos em reuniões com órgão fiscalizador e os agricultores. As OCSs devem ser cadastradas nas Superintendências Federais de Agricultura do MAPA, órgãos fiscalizadores de irregularidades (MAPA, 2009).

De acordo com o MAPA, os produtos orgânicos não certificados não possuem o Selo Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), mas de acordo com a Lei nº 10.831, de 23 de setembro de 2003, “os produtos orgânicos para venda direta por agricultores familiares organizados, não estão sujeitos a certificação”. No Brasil, a legislação garante que os agricultores familiares possam comercializar seus produtos orgânicos de três formas: Com certificação, participando dos Sistemas Participativos de Garantia e do Controle Social para a Venda Direta sem Certificação.

Os agricultores que participam destas feiras são organizados em uma estrutura básica que é composta pelos Membros do Sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC. Os Membros do Sistema são compostos pelos fornecedores e colaboradores, que vem a ser produtores, distribuidores, comerciantes,

transportadores e armazenadores; e técnicos, organizações públicas e privadas e Organizações Não Governamentais – ONGs.

As OPACs são as certificadoras no Sistema de Certificação por Auditoria – SCA possuem personalidade jurídica, capacitada para avaliar e atestar os produtos ou estabelecimentos que devem atender as exigências do regulamento da produção orgânica. As OPACs possuem um estatuto social e um manual de procedimentos, que devem ser apreciados e seguidos por todos os constituintes.

A partir do momento em que o agricultor familiar está vinculado a OPAC, passa a receber o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, que facilita ao consumidor identificar os produtos orgânicos que estão em conformidade com os regulamentos e normas técnicas exigidas para a produção orgânica. Se houver alguma irregularidade na produção verificada pela Comissão de Avaliação – que é constituída pelos próprios agricultores – após a Visita de Verificação, serão aplicadas as penalidades referentes à gravidade ou não da infração, segundo o Regimento Interno da OPAC.

Atualmente existem menos de 50 famílias agroecológicas atuando na região sul de Porto Alegre e organizam-se em grupos: A Associação dos Produtores Agroecológicos do Lami – APEL, Grupo Ecológico Portal da Mãe Terra, Associação dos Produtores Rurais Ecológicos de Porto Alegre (APRESUL), Grupo Ecológico Essência da Terra, Grupo Ecológico Mãe Doce e Cooperativa dos Produtores Ecológicos de Porto Alegre (ARCOO-IRES).

4.4 Associação Porto Alegre Rural

Fundada em 2006, a fundação da Associação Porto Alegre Rural – POA RURAL deu um novo formato ao trabalho coletivo desenvolvido nos Caminhos Rurais, e vem firmando parcerias para a manutenção da área rural de Porto Alegre, e ocupando espaços na busca por condições de acesso a mercado e consolidação enquanto produto turístico desta capital (CAMINHOS RURAIS, 2013).

Outra importante bandeira da Associação é a integração entre os espaços rural e urbano através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos visitantes com os empreendedores de turismo rural, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas rurais e dos atrativos da região, em harmonia entre a comunidade e o meio ambiente. Importante destacar que a Associação Porto Alegre Rural – POA RURAL, que é uma organização sem fins lucrativos e econômicos e está hoje em sua terceira gestão, contando atualmente com 20 associados.

A associação – POA RURAL dividiu o projeto em cinco áreas:

- 1- Ecoturismo
- 2- Turismo rural
- 3- Turismo cultural
- 4- Turismo de estudos e intercâmbio
- 5- Serviços e empreendimentos.

Cada divisão apresenta subdivisões conforme sua área de interesse. No caso deste estudo, o Turismo Rural é subdividido em quatro áreas:

- Turismo de Flores e Plantas Ornamentais - Nestes espaços é possível conhecer a imensa diversidade de espécies para compra e informações sobre plantio e manejo. Nas floriculturas, além de espécies exóticas e ornamentais, são disponibilizados ferramentas, insumos, equipamentos e adornos para decoração de interiores e jardins.
- Turismo Equestre – Este tipo de turismo reserva a seus visitantes a possibilidade de vivenciar atividades campeiras tradicionais, relacionadas ao trato e criação de cavalos de diferentes raças, com a presença marcante do Cavallo Crioulo. Nos integrantes desta temática, é possível participar de passeios a cavalo e cavalgadas já tradicionais como a “Cavalgada da Lua Cheia”, e também assistir provas campeiras tradicionais como a “paleteada” e o “tiro de laço”, além de apresentações de encilhamento e manejo e aulas de montaria.
- Vivências Rurais – As propriedades incluídas neste tópico fornecem as seus visitantes a possibilidade de vivenciar o dia-a-dia da vida rural e suas práticas.
- Turismo Agroecológico – É um grande diferencial dos Caminhos Rurais de Porto Alegre. É a possibilidade de vivenciar o cotidiano rural baseado nos princípios da agroecologia, carregada de saberes tradicionais apresentados nas técnicas de cultivo livres de agrotóxicos. A atividade turística nestes espaços visa apresentar práticas de uma agricultura familiar ecológica e sustentável, levando a seus visitantes vivências únicas de educação ambiental (CAMINHOS RURAIS, 2013).

As propriedades analisadas neste estudo fazem parte turismo agroecológico: São elas: Granja Santantonio, Sítio Capororoca, Sítio Chimango, Sítio do Tio Juca e Sítio dos Herdeiros.



Ilustração 10. Divisão do TR.

Fonte: <http://www.caminhosrurais.tur.br>. Acesso em: 12 jun. 2013.

4.5 Caracterização das propriedades

4.5.1 Sítio do Tio Juca

O Sítio do Tio Juca está localizado na estrada Luis Correa da Silva, Bairro Lamí, Porto Alegre/RS, a aproximadamente 32 km do centro da capital. Sua propriedade é administrada pelo senhor Eliseu – mais conhecido por Tio Juca - e sua esposa, dona Ivone.



Figura 11. Sítio do Tio Juca. Tio Juca e o pé de Urucum em flor (colorau).

Fonte: Andréa Moraes (2013)

A propriedade foi pioneira na implantação do sistema de manejo ecológico na região, quando no ano de 1995 foi definido que o bairro Lami seria destinado à

produção ecológica. Para Tio Juca a oportunidade para a mudança foi oferecida quando a engenheira agrônoma Maria José Guazelli, do Centro Ecológico de Ipê mostrou a ele e a outros agricultores que era possível plantar sem veneno. Este foi o ponto inicial de toda a mudança, até porque, a saúde do casal já demonstrava sinais que não poderiam continuar manuseando e consumindo alimentos com agrotóxicos.

A propriedade possui 01 hectare que, além da casa, de uma sala destinada à agroindústria familiar, um pequeno galpão onde é realizada a compostagem e um pequeno açude, todo o restante do terreno é de área cultivável, onde existe grande diversidade de espécies nativas e exóticas. Com relação ao turismo, a propriedade destina-se a diversas atividades, entre elas lazer, estudos e vivências. As sementes ou plantas são adquiridas com outros agricultores na base de troca, com amigos ou com o próprio filho, que viaja para outros estados e sempre lhe traz mudas ou sementes locais. Apesar da diversidade que atrai estudiosos de diversas áreas acadêmicas, Tio Juca mantém cultivos em certa quantidade que lhe garantem o sustento, principalmente verduras, legumes e tubérculos, que são comercializados aos sábados na feira da José Bonifácio e na feira do bairro Tristeza. Os produtos que excedem são transformados na pequena agroindústria que recentemente foi reformada para atender a exigências legais e vendidos na própria sede, para os visitantes.

O Turismo Agroecológico iniciou-se entre os anos 2000 e 2002, quando começou a receber grupos de crianças de escolas. Esta nova proposta foi rapidamente assimilada e incorporada às práticas da propriedade.



Figura 12. Sítio do Tio Juca. Visitação.

Fonte: <http://tiojuca.wordpress.com/page/4/>. Acesso em: 12 Jun. 2012.

Quando chegam, os visitantes são convidados a conhecer a propriedade, iniciando o *tour* pela área que consorcia verduras, legumes, flores, arbustos e árvores nativas e diversas espécies exóticas, conhecer todas as etapas da compostagem, e ao final, a saborear os produtos que são produzidos no local. São pães, pastas, doces, biscoitos e compotas, que além de vendidos, são oferecidos em cafés ou em amostras. A propriedade não possui taxa de visitação e os custos são cobertos pela venda destes produtos.

Os maiores rendimentos da família provêm da agricultura e de uma aposentadoria rural, que completa o orçamento familiar. O turismo ainda não dá muitos ganhos, mas a família acredita que com as mudanças estruturais futuras eles possam receber mais pessoas e aumentar os ganhos. Este fato também é citado como uma fragilidade, pois quando chove ou nos dias de frio intenso as visitas são canceladas. O Sítio do Tio Juca tem uma particularidade quanto a ameaças, é uma situação no mínimo inusitada. A propriedade que fica localizada ao lado possui um número bastante expressivo de cães que foram adotados pelos vizinhos. Isto não seria um problema se a cerca que divide as propriedades fosse bem fechada, mas o que ocorre é a presença constante de cães dentro de suas terras, ameaçando as pessoas, destruindo plantações e matando os pequenos animais. Diversos órgãos foram acionados ao longo dos últimos cinco anos, mas de concreto nada foi feito.

Um fator que ele revela como seu diferencial é a forma simples como recebe os visitantes e com a mesma simplicidade demonstra a todos seus conhecimentos sobre cada planta e a forma como ele as cultiva. Tio Juca tem gosto pela atividade e esta forma rústica, com os pés descalços, acaba o transformando em uma figura carismática.

Atualmente, Tio Juca está iniciando um projeto em parceria com alunos de um curso de graduação em biologia, onde ele vai mapear a propriedade, quando cada planta deve receber uma identificação que lhe permita buscar no mapa informações como nome, nome científico, utilização e outras informações pertinentes, fazendo com que os visitantes descubram as espécies com o mapa em mãos.

Pioneiro nas práticas agroecológicas na região e um dos primeiros a receber turistas em sua propriedade, Tio Juca é um belo exemplo de que os limites são impostos por nós mesmos.

4.5.2 Sítio dos Herdeiros

O Sítio dos Herdeiros é de propriedade de Salvador Rosa da Silva – muito conhecido por Seu Dodô – e sua esposa Vera Silva. Na propriedade também mora o filho mais velho, mas este trabalha fora, portanto, todas as atividades na terra, na agroindústria familiar e na casa são desenvolvidas pelo casal.

A propriedade possui 1,8 hectares, mas confunde-se com as terras de sua irmã, que é o lado e não possui cercas. Na verdade o galpão onde Seu Dodô lava, prepara os produtos e recebe os visitantes, está na propriedade de sua irmã, dona Matilde. Nas terras de Seu Dodô, além da casa que recentemente foi reformada para otimizar a sala para a agroindústria, tem mais duas que estão em construção, destinadas aos filhos. A área maior é destinada à produção agroecológica de frutas, verduras, legumes, chás, flores, etc. Eles possuem pequenos animais como ovelhas, marrecos, coelhos e galinhas, além de cães e gatos.

Seu Dodô é irmão do Tio Juca e apesar de pensarem a agirem de forma bem diferentes, suas histórias se confundem em vários aspectos. Suas propriedades são vizinhas, divididas apenas por outras duas, sendo uma delas de outra irmã.



Figura 13. Sítio dos Herdeiros. Seu Dodô e as mudas de pimenta.

Fonte: Andréa Moraes (2011)

O Turismo Agroecológico é realizado de segunda-feira a quinta-feira, em horários previamente agendados por agências de turismo ou instituições de ensino. Assim como seu irmão, Tio Juca, acreditam que desta forma conseguem manter o controle na propriedade, reservando horários específicos para abrir suas portas, conseguem então dedicar-se a agricultura, que em ambos os casos é a principal forma de renda. Seu Dodô afirmou que gostaria de dedicar mais tempo ao Turismo Rural, mas precisa plantar para vender na feira enquanto o turismo não der mais retorno.

Os visitantes chegam à propriedade através do site da Secretaria de Turismo de Porto Alegre, das instituições de ensino e por indicação, que para a família é a principal forma de divulgação, quando uma pessoa visita, gosta e convida outras pessoas a conhecerem.



Figura 14. Sítio dos Herdeiros. Visitação.

Fonte: <http://www.caminhosrurais.tur.br>. Acesso em: 12 jun.2013.

Seu Dodô fala que seu diferencial é a própria aparência, recebendo a todos com a mesma simplicidade que sempre viveu, com os pés descalços. Ele acha engraçado que os turistas passem mais tempo fotografando seus pés do que os pés que ele cultiva.

A agroindústria administrada por Dona Vera é bem significativa, ela trabalha praticamente todos os dias nesta atividade, são produzidas pastas, geleias, doces e compotas, e quando recebem visitantes ainda prepara pães e bolos. Os produtos envasados também são vendidos na Feira Ecológica da José Bonifácio, ao lado do parque da Redenção.

Quando os visitantes chegam à propriedade são recebidos pelo casal, que os acompanha até a horta, onde seu Dodô explica sobre cada planta, expondo os manejos e a diversidade de espécies por ele cultivados. No galpão recebem os visitantes com uma farta mesa, recheada com os produtos que são produzidos na agroindústria. Nas paredes há decoração rústica com objetos de época. A taxa de visitação é de R\$10,00 e inclui um lanche.

As sementes utilizadas na produção são em sua grande maioria produzidas na propriedade, somente as muito pequenas são adquiridas no comércio, desta forma ele garante que consegue uma boa genética – processo de seleção desenvolvido por ele, a certeza que são ecológicas e assim não há um comprometimento do processo de renovação da natureza, e isso é o que seu Dodô chama de “tempo”. “A natureza tem seu tempo e se esse tempo for respeitado, ela retribui”.



Figura 15. Sítio dos Herdeiros. A semente nas mãos do Seu Dodô.

Fonte: Andréa Moraes (2011)

Seu Dodô e dona Vera estão constantemente contribuindo para estudos em diversas áreas, recebendo de braços abertos todos os estudantes que precisam defender suas teses. Além disso, já participou de inúmeros congressos, palestras, cursos, livros, artigos, publicações eletrônicas e muito mais.

4.5.3 Sítio Capororoca

O Sítio Capororoca está localizado no bairro Lami, na Estrada do Varejão, Beco do Paraíso, também a aproximadamente 32 km do centro da capital. É administrada por Silvana Bohrer e seu marido Zanir. A propriedade possui 01 hectare e dedica-se a produção ecológica de verduras, frutas, legumes e diversas espécies de árvores e flores, se destacado na produção de cogumelos – que são cultivados em sistema alternado de repouso na mata e na estufa, e plantas alimentícias não convencionais – PANC's , que normalmente são consideradas inços, daninhas ou pragas, mas são transformadas em pães, doces ou compotas.



Figura 16. Sítio Capororoca.

Fonte: Fonte: <http://www.caminhosrurais.tur.br> . Acesso em: 12 jun. 2013.

A destinação da propriedade é para estudos, intercâmbio e vivências. A propriedade fica aberta o ano todo e precisa de agendamento prévio em agências de turismo ou instituições de ensino. Estes mesmos veículos são utilizados para a divulgação, assim como os sites da Prefeitura de Porto Alegre e da Associação Porto Alegre Rural e o tradicional boca a boca. A reserva é importante para não interferir na produção primária, que é a atividade principal do sítio. São recebidas no máximo 30 pessoas e a taxa de visitação é de R\$17,00 com lanche, R\$25,00 com almoço e R\$ 10,00 visita com degustação.

Os cultivos, agregados à forma hospitaleira como os visitantes são recebidos, faz da propriedade uma referencia no recebimento de estudantes de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado em áreas como biologia, nutrição, hotelaria, farmácia, agronomia, nutrição, administração, além de grupos escolares de diversas idades. Recebe muito turismo pedagógico, dos conhecimentos que já adquiriu inclusive visitas técnicas e vivências.

Silvana também participa de um projeto que recebe estudantes de outros países, hospedando-se na casa principal e participando da vida dos agricultores durante os estudos, então, frequentemente, se escuta um sotaque diferente entre os visitantes.



Figura 17. Sítio Capororoca. Turistas visitam o sítio.

Fonte: www.sitiocapororoca.com.br Acesso em: 12 jun. 2013.

Além da casa, existe um galpão que abriga os visitantes para as palestras e refeições, onde também são processados os produtos que serão consumidos pelos visitantes e comercializados nas feiras como pães, biscoitos, geleias, licores, pastas, etc. Este mesmo galpão é apontado pela administradora como sua fragilidade, pois precisa ser fechado com vidros nas laterais. Além do pomar, horta e um pequeno açude, fazem parte da estrutura um minhocário, uma cisterna e um sistema para a produção de biofertilizantes.

Como ameaça mais uma vez foi lembrado o crescimento da cidade, a especulação imobiliária, e porque esta é uma atividade que trabalha com recursos muito escassos, onde não há muitos subsídios para desenvolver a atividade primária nas propriedades pequenas e no TR.

A novidade agora são as cervejas artesanais, que já estão disponíveis para apreciação dos visitantes na propriedade e para os consumidores nas feiras da Tristeza e da José Bonifácio, onde também vendem os produtos produzidos no campo e na cozinha da propriedade.

4.5.4 Sítio Chimango

O Sítio Chimango localiza-se no Beco do Paladino, bairro Vila Nova, Porto Alegre/RS. A aproximadamente 15 km do centro da capital, encontramos a propriedade de Liliana Mendiburu Artigas, com uma área de 1,2 hectares destinada à produção de flores, chás, ervas, frutas, legumes, mas principalmente estruturada para o recebimento de turistas, que desfrutam de um ambiente que mistura trilhas no mato em um terreno acidentado e um galpão rústico e acolhedor. Liliana especializou-se na produção de flores, que são comercializadas na propriedade e na feira da José Bonifácio, em parceria com mais duas agricultoras.



Figura 18. Sítio Chimango.

Fonte: www.caminhosrurais.tur.br Acesso em: 12 jun. 2013.

Liliana é proprietária das terras desde 1990, onde já utilizava suas experiências ecológicas adquiridas nos diversos países onde viveu. Ela sempre gostou de ecologia, já tinha noções, pois é arqueóloga formada e morou em lugares como Uruguai, Alemanha, França e nordeste do Brasil. Na Alemanha já se falava em ecologia há muito tempo e essa compreensão é muito difundida por lá, então aprendeu sobre compostagem, adubação verde, conhecimentos estes que aplicou na produção destinada à família.

Há dois anos resolveu adaptar a propriedade, fez reformas no galpão e começou a receber visitantes. Aumentar a renda foi o maior motivador para a migração para a atividade turística.

Hoje o galpão possui dois ambientes: o primeiro com mesas, churrasqueiras e o fogão campeiro, e o segundo com as baias – que agora servem como pequenas salas individuais e depósitos – um salão grande com poltronas, pufs e banheiros. O local permite promover festas e reuniões mesmo quando há chuvas ou frio, tornando até acolhedor reunir-se em frente a uma lareira ou churrasqueira, enquanto sentem o aroma dos chás sendo preparados.



Figura 19. Sítio Chimango. O galpão

Fonte: www.caminhosrurais.tur.br Acesso em: 12 jun. 2013.

A propriedade destina-se ao lazer, descanso, estudos, vivências, reuniões e muitas outras possibilidades. A visita possui uma taxa de R\$10,00 por pessoa e recebe no máximo trinta pessoas, que vão, desde estudantes, religiosos em retiro, até grupos de empresas que utilizam o espaço para reuniões e festas.

As visitas podem ser programadas para até três dias, pois existe também uma casa menor com três quartos, que frequentemente é usada como alojamento para grupos de visitantes.

Nas terras há uma trilha ecológica em terreno acidentado e mata fechada que percorre quase todo o terreno, chegando até um pequeno açude. O Sítio Chimango possui minhocário, técnica que foi adquirida em curso oferecido pela Associação Porto Alegre Rural em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

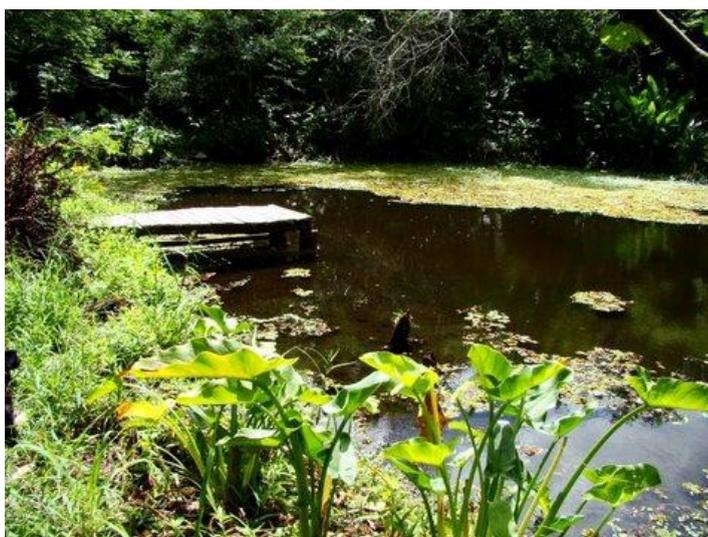


Figura 20. Sítio Chimango. O açude.

Fonte: www.caminhosrurais.tur.br Acesso em: 12 jun. 2013.

Os visitantes encontram informações nos sites do sítio, da prefeitura e da associação, além das indicações. Diferentemente dos demais, o Turismo Agroecológico é a maior fonte de renda da agricultora, que mesmo nos dias de frio e chuva pode receber turistas oferecendo a gastronomia e oficinas de ervas. As flores tomam 80% do seu tempo, mas o turismo executado nos finais de semana é responsável pela maior renda da propriedade.

Sobre as ameaças no desenvolvimento do turismo, a proprietária falou também sobre a urbanização descontrolada, que pode ser vista na porteira do sítio. Bem em frente há um condomínio com edifícios destinados a moradores de baixa renda, terreno onde há dois anos existia uma nascente. Estes empreendimentos estão sendo construídos bem ao pé do morro que ainda está coberto pela vegetação natural. Exatamente seu maior diferencial é também um grande inimigo: o belo terreno acidentado, que não permite a visita da terceira idade, por causa das limitações.

O próximo projeto é ministrar cursos sobre ervas e chás, que poderão ser feitos em qualquer época do ano, independente do tempo, que ainda é um problema para o Turismo Rural na pequena propriedade, segundo Liliana.

5 FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DO TURISMO AGROECOLÓGICO EM PORTO ALEGRE

A pesquisa realizada em quatro propriedades rurais agroecológicas participantes do programa “Caminhos Rurais de Porto Alegre” teve como objetivo descobrir mais sobre o turismo agroecológico praticado por famílias de pequenos agricultores que vivem e desenvolvem esta atividade em um meio que sofre constantemente com a pressão do modo de vida urbano

Para Souza *et al.* (2011, p. 100), as atividades nãoagrícolas caracterizam-se pelo melhor aproveitamento da propriedade rural, “ajudando o agricultor a agregar valor aos produtos e serviços por ela gerados”. Porém estas atividades merecem maior abrangência em sua análise, pois compreende muito mais que a satisfação financeira, possuindo funções que Szjajder, Prezesbórska e Scrimgeour, citados por Souza *et al.* (2011, p. 100) de destacada importância como o “emprego, a ativação das áreas rurais, conservação da natureza e outras vinculadas ao descanso, à recreação e à educação tanto de populações urbanas quanto rurais”.

Sendo assim, o turismo rural pode ser analisado em diversos aspectos e diferentes disciplinas como a Biologia, a Economia, a Geografia, a Agronomia, a Sociologia, entre outras, mas vamos dar a este trabalho uma característica mais abrangente, que englobe alguns destes aspectos.

5.1 Organização e administração das propriedades

Das quatro propriedades, apenas uma não possui taxa de visitação. Diferentemente de locais que recebem visitantes interessados em desfrutar de belezas naturais, os quais

necessitam de manutenção e é cobrada por isso, a taxa de visitação nas propriedades é relativamente baixa e serve para pagar os custos da alimentação oferecida.

Pelo que podemos perceber os agricultores não levam em consideração nos cálculos dos custos, a manutenção e depreciação dos equipamentos ou até mesmo o tempo em que os produtores normalmente estariam na agricultura ou na agroindústria. Além do mais, os custos dos insumos que não são produzidos nas propriedades para fazer os produtos (ex: gás, luz, sal, farinhas, gorduras, etc.), são elevados e estão constantemente sendo reajustados, portanto a taxa cobrada é muito baixa em relação aos custos de produção e revela um lucro que geralmente fica abaixo de 30%. Hoje a taxa de visitação oscila entre R\$8,00 e R\$20,00, dependendo da opção para alimentação. A agroindústria funciona diariamente, mas esta pode ser administrada conforme a demanda.

Carpes e Sott (2009, p. 04) dizem que a gestão de custos “tem por premissa uma sólida composição a respeito das informações dos custos de produção. Toda organização, independente do segmento, tem na apuração de seus custos um importante e indispensável instrumento de gestão”.

Todas realizam a compostagem, aproveitando os recursos naturais abundantes, como por exemplo, as folhas das podas, as sobras das feiras e esterco, algumas por influência do Tio Juca, que desenvolveu uma técnica a partir de suas próprias experiências, sem a adição de insumos produzidos fora da propriedade.

Há unanimidade quando questionamos a necessidade de realizar reservas para as visitas e existem diversos fatores que são predominantes nesta decisão: i) as visitas não podem interferir nas rotinas da produção primária, que é a atividade principal da maioria das propriedades; ii) controlando o número de turistas os proprietários conseguem manter a qualidade dos produtos, do atendimento e mantêm também o controle sobre os produtos oferecidos, evitando o desperdício dos alimentos; e iii) ter controle da propriedade, conseguindo melhor planejamento das ações. Estas agendas são organizadas pelas agências de turismo que coordenam as visitas, fato este que traz fatores positivos e negativos.

Para os agricultores é mais cômodo e com certeza mais seguro esperar grupos previamente agendados e não correr os riscos de se manter as porteiras abertas, mas este fator é entendido pela Secretaria de Turismo como um entrave ao desenvolvimento do setor local, visto que impede a entrada de pequenos grupos, ou visitas individuais, que poderiam ter mais interesse da população. Até porque os custos com as agências que

levam até as propriedades são altos em comparação com outros pontos turísticos do estado, como por exemplo, visitar a serra, que está mais estruturada para tal contingente.

As propriedades são relativamente pequenas, variam entre um e cinco hectares. Quem trabalha na recepção dos turistas, são os próprios agricultores, que param suas tarefas relacionadas à agricultura e agroindústria para receber os visitantes, portanto, os grupos devem ficar entre 07 e 30 pessoas no máximo. Todos têm a preocupação de atender da melhor forma possível, tanto no *tour* quando no conhecimento da propriedade, como no momento das degustações, que estão previamente organizados.

Nenhuma propriedade aceita qualquer tipo de cartões de crédito e os pagamentos são realizados no ato da compra do pacote turístico na empresa responsável pelos grupos, ou nas instituições de ensino que organizam as visitas. O repasse é feito normalmente via conta-corrente de forma antecipada.

A mão de obra utilizada é sempre familiar, eventualmente eles contratam uma pessoa para executar serviços temporários como a limpeza de casa, tratorista para fazer canteiros ou mão de obra para o conserto de cercas, mas, geralmente são os próprios agricultores que dedicam-se às atividades na terra, na agroindústria, venda de produtos, recepção dos turistas e demais atividades. O Sítio Chimango é uma exceção, pois devido a agricultora estar sozinha durante o dia, mantém um caseiro que realiza as tarefas pesadas, em troca de salário e moradia.

Quanto aos pontos fracos observados na propriedade para o desenvolvimento da atividade turística agroecológica foram citados os estruturais ou de caracterização do terreno: i) problemas com drenagem do solo: precisa trilhas mais secas; ii) o galpão é aberto e precisa de vidros nas laterais, pois em dias de chuva não dá para ficar na área maior; iii) falta de mão de obra para a atividade primária; iv) ausência de local fechado (galpão); v) gostaria de dedicar-se mais ao TR, mas precisa plantar para vender na feira, enquanto o TR não ter mais retorno; vii) gostaria que a propriedade fosse maior e mais plana para receber melhor a 3ª idade.

Observa-se que nenhum dos entrevistados falou em sucessão apesar de todos terem mais de 50 anos e os descendentes não falarem sobre manter-se na atividade turística agroecológica. Antigamente a continuidade das atividades agrícolas acontecia de forma natural e por gerações os filhos sucediam os pais, mas o que se observa na área de estudo é que os pais permaneceram na atividade, mas os filhos seguiram profissões que não incluem o modo de vida rural. A exceção foi no Sítio dos Herdeiros, onde o filho

mais velho do seu Dodô ainda mantém-se no campo. Mesmo assim suas atividades não incluem nem o TR nem a agroecologia, mas sim a lida com cavalos em haras da região.

5.2 Os conflitos entre urbano e rural

O tempo e o motivo que levaram os agricultores a viver e trabalhar na área localizada na zona sul de Porto Alegre é bem particular em cada situação. Muitos já viviam na região, mas alguns se mudaram para lá algumas décadas atrás e nunca mais saíram. Todas as histórias relatam que quando iniciaram as atividades a região era exclusivamente rural, existiam poucos ônibus, as estradas eram mal conservadas e os poucos trabalhadores que se aventuravam a trabalhar nas áreas mais densamente populadas da zona sul ou centro da cidade, iam de carro.

A preocupação com o crescimento da cidade em direção ao meio rural também foi pautado nas entrevistas e este argumento se repete e se reforça quando questionamos o que poderia ameaçar o desenvolvimento do Turismo Agroecológico nas propriedades. Foi citada com frequência a urbanização descontrolada (havia nascentes a alguns metros de algumas propriedades, mas os tratores passaram por cima de tudo para construir moradias populares) e a falta de segurança, provocada pelo mesmo motivo.

A Secretaria de Turismo de Porto Alegre argumenta que apesar do Turismo Rural ter bastante potencial para crescer ou ainda se qualificar, a zona sul está passando por um processo de densificação e toda a sua infraestrutura urbana, os lotes estão ficando cada vez menores, e este é um processo a prefeitura vem acompanhando com preocupação.

Em março de 2012 a Prefeitura de Porto Alegre, representada pela Secretaria de Planejamento Municipal, reuniu um grupo de trabalho – GT envolvendo Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Procuradoria Geral do Município (PGM) e Empresa de Assistência Técnica e Rural (EMATER), para a realização de um estudo, publicado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em março de 2012, chamado “Bases do Plano Estratégico da Zona Sul”, que teve como objetivo desenvolver “um conjunto de políticas, diretrizes,

projetos e ações para o enfrentamento das questões identificadas na análise, visando ao desenvolvimento do território a partir da manutenção de suas características principais”.

Estes estudos visam identificar os principais conflitos e as principais potencialidades para definir diretrizes, sugerir detalhamentos necessários e consolidar um conjunto de propostas integradas que definem um rumo para a zona sul da cidade nas próximas décadas. Um dos temas abordados é a delimitação das áreas urbanas e rurais e o que chamam de rururbano, definidos por suas características peculiares quanto a aspectos socioeconômicos, paisagísticos e ambientais.

O rururbano, por sua definição, intercala vários núcleos de ocupação urbana com propriedades com produção rural de hortigranjeiros e significativo patrimônio natural. O fato é que efetivamente não foi regulamentada, tem nome e conceito, mas não tem as áreas bem definidas, demarcadas, ainda não se sabe ao certo se elas devem pagar IPTU ou ITR, o imposto rural.

Os agricultores citaram que a atividade trabalha com recursos muito escassos e há a ausência de políticas para atrair turistas, para informar sobre o que é oferecido na zona sul da cidade, acreditam que os poderes públicos poderiam dar mais atenção para este setor, já que a cidade tem orgulho de mostrar que é a segunda capital do país com maior área produtiva, perdendo apenas para Palmas/TO.

Outras ameaças foram citadas: Não tem ou é ineficiente a divulgação; os valores que são cobrados pelas agências de turismo são muito próximos dos custos de viagens para a serra, por exemplo, (pois as belezas naturais estão em APPs); muitos Porto-alegrenses nem sabem que tem uma área rural com turismo. Os ônibus de linha turística que passeiam pela cidade também são alvo de reivindicações, acreditam que poderiam ser criadas linhas especiais para os “Caminhos Rurais” e ir até as porteiras.

A Secretaria de Turismo rebate esta solicitação argumentando que existem fatores que não permitem que linhas turísticas regulares sejam criadas, como por exemplo, as propriedades não estarem preparadas para este tipo de público, retornando ao assunto porteiras abertas. Outro motivo é a pequena demanda, ou a baixa procura por estes roteiros. Para a Secretaria de Turismo regular os custos das empresas que fazem os pacotes e transportes é impossível, esta é uma questão de mercado e o que poderia ser mais interessante é a própria Associação buscar um consenso para que as propriedades possam ter sustentabilidade no roteiro. Esta opinião também é partilhada com alguns agricultores entrevistados.

Já as empresas de turismo afirmam que os custos para o transporte de turistas para este roteiro é realmente mais caro por conta da demanda e dos custos fixos, que são distribuídos desta forma: 30% para o óleo, 10% para pagar o guia, 10% para pagar o motorista, mais o pagamento nas propriedades, manutenção e demais despesas.

Quanto a investimentos, a Secretaria de Turismo afirma que trabalha toda uma qualificação daqueles empreendimentos, daqueles empreendedores; trabalha um perfil específico, por exemplo, esse produtor rural que trabalha a produção agroecológica, no segmento de turismo rural ele trabalha de uma forma diferenciada, então é encontrada uma legislação específica para eles, buscando uma qualificação específica. A infraestrutura de acesso está voltada para os projetos de sinalização, implantados e em fase de projetos para aquela área, como o projeto de sinalização dos Caminhos Rurais pela área sul, pela orla e pela Lomba do Pinheiro, para complementar o que já existe pela Oscar Pereira. Então agora serão feitos os últimos acessos que faltavam, placas de sinalização viárias e algumas interpretativas em alguns atrativos públicos. A preocupação é desenvolver a área como um todo, o segmento.

Sobre investimentos em divulgação para divulgar e valorizar o rural de Porto Alegre, a resposta da Secretaria foi relacionada a parcerias e apoios, onde apoiam a COODESTUR para buscar este recurso via Ministério, dando suporte também para que a Associação busque outras formas, por causa das limitações da SMTUR, para poder equilibrar os recursos da secretaria. Apesar de tratarem o Turismo Rural como “a menina dos olhos”, há necessidade deste mesmo cuidado também com outros segmentos, não podendo fortalecer um só segmento, que já está muito fortemente representado pela Associação. A maior demanda de Porto Alegre é no segmento de turismo de negócios e eventos, onde a Secretaria trabalha para agregar serviços de segmentos alternativos para garantir a permanência do turista e é neste momento que se insere o Turismo Rural, na intenção de que o turista permaneça mais tempo na cidade.

5.3 Práticas agroecológicas

Quando questionados sobre que motivou a família adotar as práticas agroecológicas, as respostas foram basicamente as mesmas, que envolvem saúde, resgate das práticas ancestrais, pela preocupação em produzir seu próprio alimento e pelas trocas com outros produtores ecológicos. Eles disseram que simplesmente acompanharam as mudanças, fizeram as escolhas necessárias.

Cada agricultor compreende que tem um papel a desempenhar, que a agricultura tem que ser produtiva, mas antes tem que ser sustentável, capaz de alimentar as populações e manter ainda sua capacidade de produzir sementes de boa qualidade para as gerações futuras.

Quando decidiram abrir as portas de suas casas para receber visitantes e compartilhar seus conhecimentos, a maior motivação, com certeza, foi a oportunidade de aumentar os rendimentos, assim como quando decidiram processar os produtos que excediam à produção, produtos sem valor comercial ou quando sobrava das feiras semanais. O desafio de uma nova proposta também foi um grande incentivador, possibilidades que eram vislumbradas quando foram criados os primeiros roteiros agroecológicos.

A maioria dos agricultores possui um pequeno banco de sementes, onde separam os melhores grãos a cada safra e o que excede é trocado com outros agricultores, preocupando-se em nunca deixar as sementes ficarem velhas.

Cada agricultor tem sua forma de realizar as tarefas, tanto nos cultivos quanto no gerenciamento das atividades nas propriedades. Interessante é observar que mesmo sendo completamente diferentes, todos conseguem ter sucesso no empreendimento. Às vezes os produtos cultivados são os mesmos, mas cada um utiliza suas próprias experiências e retiram da terra o que precisam.

5.4 O Turismo Rural nas propriedades

Todas as propriedades fazem parte de uma ou mais formas associativas, mas todos participam do programa da Secretaria de Turismo “Caminhos Rurais de Porto Alegre”.

Curiosamente, apenas a propriedade Sítio Chimango especializou-se no Turismo Rural, ofertando primeiramente o turismo, para depois ofertar os demais os produtos. A análise que se faz é que as questões estruturais são fundamentais para o desenvolvimento do turismo na pequena propriedade rural, capacitando ou incapacitando a atividade. O gestor tem que ter criatividade, capacitar-se e procurar recursos para poder explorar o potencial turístico da sua propriedade.

As visitas são realizadas de forma a tornar o tempo de estadia o mais agradável possível, tempo este que oscila entre uma e três horas normalmente e que é suficiente para passear pela propriedade, conhecer as trilhas, os cultivos, as práticas, os pequenos

animais, as estruturas, ouvir as histórias contadas, fazer questionamentos, se deliciar com as degustações e aprender sobre o modo de vida simples do campo. As propriedades que se dedicam aos estudos e intercâmbio têm algumas particularidades, podendo receber estudantes por períodos maiores, permanecendo por alguns dias como no caso do Sítio Capororoca.

O tempo dedicado ao Turismo Rural é geralmente menor que o dedicado às práticas na agricultura, que se inicia ao raiar do sol e só encerra quando ele se põe. O turismo tem horários pré-estabelecidos e normalmente são recebidos grupos que permanecem por duas ou três horas na propriedade. Algumas recebem mais turistas nos finais de semana, outras, por tratarem mais com turismo relacionado a estudos, tem mais visitantes de segunda à quinta-feira.

Com relação aos meios pelos quais os turistas chegam às propriedades, pode-se dizer que são quatro formas basicamente: i) as agências de turismo, que estão diretamente ligadas à Secretaria de Turismo; ii) as escolas, universidades e demais instituições de ensino que já mantêm algum tipo de contato com as propriedades; iii) as páginas em redes sociais, sites e outros meios de divulgação internet; e iv) principalmente, o que os agricultores chamam de boca à boca, quando os turistas conhecem as propriedades, indicam para outras pessoas que acabam também querendo conhecer o rural da capital. Como as propriedades apresentam sempre os mesmos atrativos, dificilmente os turistas visitam mais de duas vezes a mesma propriedade, a menos que estejam realizando algum estudo, o que na maioria das vezes não tem custo, pois os agricultores recebem os estudantes sem cobrar taxas.

Mesmo que as atividades turísticas nas propriedades tenham, em geral, em torno de dez anos, algumas ainda não possuem toda a infraestrutura necessária para o recebimento de turistas em épocas em que a natureza se revela mais intensamente, como no inverno quando temos chuvas e frio. A falta ou inadequação de um galpão, por exemplo, pode levar ao cancelamento de agendas, gerando prejuízo e diminuindo as possibilidades de exploração de novas atividades. Mas estas dificuldades já foram analisadas pelos gestores que estão em estudos para as devidas mudanças e que deverão ocorrer num curto espaço de tempo.

A atividade turística está em plena expansão no Brasil e isto é visto como uma oportunidade para a pequena propriedade, além, é claro, da possibilidade de maiores receitas advindas do turismo agroecológico. Gostar de trabalhar com ecologia e com pessoas foram citados por todos os entrevistados como sendo os pontos fortes no

desenvolvimento da atividade turística agroecológica. Poder interagir, demonstrar seus conhecimentos, contar com a família no empreendimento, aprender realizando trocas, praticar uma atividade saudável, ser a própria referência quando se fala em acolhimento, modo de vida simples e feliz, estes são os motivadores para a persistência destas famílias que trabalham com o turismo rural na zona sul da cidade.

Todos concordam que a proximidade com o centro da capital ajuda para a atividade do Turismo Rural Agroecológico, mas todos também afirmam que muito ainda em que ser feito para que este segmento se desenvolva plenamente. Os poderes públicos junto com a sociedade tem que encontrar o caminho para que este objetivo comum seja alcançado. E se perguntar a qualquer um destes protagonistas qual motivo os faria abandonar a atividade turística na capital, a resposta será a mesma: “Só quando Deus quiser”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi aprofundar os conhecimentos acerca das atividades turísticas agroecológicas desenvolvidas em um contexto urbano, mostrando a relevância que vem adquirindo estas atividades para a preservação do espaço rural existente no Município de Porto Alegre/RS.

Devido à característica quase singular de se desenvolver no Brasil uma atividade turística rural em uma metrópole, não foi possível realizar comparações com outros registros bibliográficos, mas este trabalho buscou ouvir as partes que compõe o cenário rural e identificar os fatores que influenciaram direta e indiretamente os agricultores locais a optarem por atividades complementares à produção, expondo suas fragilidades e respeitando a diversidade e complexidade da agricultura familiar contemporânea.

A realidade é que a zona sul de Porto Alegre tem uma tendência a seguir o mesmo caminho que as outras metrópoles do país, e isto só não vai acontecer mais rapidamente por causa das ações dos indivíduos que vivem, trabalham na terra e lutam pela preservação de suas características. As ocupações e loteamentos estão tomando o lugar das áreas de produção primária e este é o maior ameaçador da atividade rural no município.

Para os agricultores, a opção pelo agroecológico não foi exatamente um processo natural e unânime, assim como na maioria das regiões do país, estas alterações produtivas na agricultura surgiram quase como uma “rota de fuga” dos processos de homogeneização sociais e econômicos advindos dos pacotes tecnológicos impostos pela agricultura convencional.

Os agricultores familiares perceberam a necessidade da mudança, observando, principalmente nos seus locais de interação que são as feiras, a existência de indivíduos que geram uma demanda por produtos e serviços ecologicamente corretos, percebendo ali um belo nicho de mercado.

Na capital gaúcha, mais expressivamente explorado na última década, este segmento de diversificação da atividade rural vem se desenvolvendo de uma forma extraordinária, mesmo com sérias ameaças por conta da densificação populacional, as propriedades rurais se prepararam e se mantêm constantemente em atualizações para receber visitantes que apreciam suas especificidades.

Cabe aqui salientar a importância das práticas ecológicas desempenhadas pelas famílias, que vai além de preservar a saúde dos agricultores, mas que torna a visitação nas propriedades ainda mais interessantes e atrativas, naturalmente promovendo o desenvolvimento rural local, contribuindo para o desenvolvimento do município e dos municípios que fazem divisa, como por exemplo, Viamão ao qual se funde não somente na paisagem, mas também em atividades econômicas, sociais e culturais.

Apesar do otimismo em relação a esta nova forma de explorar o meio rural, assim como a agricultura, o turismo agroecológico também sofre com as intempéries da natureza, dificultando, por exemplo, as visitas nos longos períodos de chuva e frio intenso, que impedem a visitação nas hortas, pomares, etc., legando os agricultores a mais uma vez buscar alternativas para agregação de renda.

Assim como em outros modelos de turismo, o turismo agroecológico necessita de incentivos públicos, pois é inegável a que a intervenção do Estado seja decisória no direcionamento de políticas públicas que possam garantir o bem comum. Na visão keynesiana, o Estado tem o papel de mediador diante de crises periódicas na economia e o dever de ser o promotor do crescimento econômico.

Os gestores do município tem um papel fundamental neste processo, freando a densificação e incentivando as práticas relacionadas ao meio rural, não só para a permanência e geração de renda daqueles já trabalham no setor, mas para a conservação do patrimônio natural, que é um bem de todos.

Não por coincidência, todos os fatores que atrasam o desenvolvimento das atividades relacionadas ao meio rural citados pelos agricultores e que constam neste trabalho, já foram abordados pela Prefeitura de Porto Alegre no GT – Zona Sul, exposto no trabalho “Bases do Plano Estratégico da Zona Sul” em 2012, que encontraram Degradação Ambiental, Insuficiência de Incentivo, Ausência de Estratégias para

Turismo, Carência de Estruturação Urbana e Equipamentos Comunitários e Desqualificação da Orla.

O Município não está sozinho, pois tem ao seu lado a competência de outros órgãos, ou seja, os poderes públicos possuem as ferramentas necessárias para tomar decisões favoráveis à pluriatividade de quem se dedica a produção primária e ao meio ambiente.

As associações também tem que descobrir como melhorar seu desempenho para ajudar os agricultores a encontrar formas para desenvolver suas atividades. A maioria das fragilidades encontradas poderiam ter soluções encontradas em debates coletivos. Foram verificados durante as análises, problemas estruturais que facilmente poderão ser solucionados e que, muito provavelmente já estejam em fase de reparação. Ouviu-se com frequência o desejo de não participar mais de determinadas associações, pois acreditam que não tem muita eficácia e só toma tempo e dinheiro. Alguns agricultores participam de mais de uma forma associativa (associação, sindicato, cooperativa) e isto acarreta descrença e desistências. As divisões em grupos de interesse também são um entrave, pois ao invés de unir, separa em pequenos grupos, quando na verdade o interesse é comum a todos.

Embora o turismo desenvolvido na região possua aspectos considerados satisfatórios para sua realização, os empreendedores precisam sempre enfrentar novos desafios - além dos velhos conhecidos intempéries da natureza – como constantes adequações às legislações, gostos e desejos dos turistas, demandas e exigências das agências de turismo.

O resultado desta análise atingiu seu maior objetivo e colaborou para compreensão da realidade do turismo agroecológico desenvolvido no contexto de uma metrópole. Este entendimento foi construído considerando os saberes dos entrevistados e da relatora deste trabalho, no sentido de compreender o desenvolvimento da atividade turística agroecológica em Porto Alegre/RS.

Referências

ALTAFIN, Iara. Reflexões Sobre O Conceito De Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://Redeagroecologia.Cnptia.Embrapa.Br/Biblioteca/Agricultura-Familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.Pdf>> Acessado em: 20 Set. 2010.

BATALHA, Mario Otavio (coord.). Gestão agroindustrial. 3ª Edição, São Paulo: Atlas, 2008.

BECKER, Cláudio; Anjos, Flavio Sacco; Caldas, Nádia Velleda. PPGSPAF/UFPEL, PELOTAS - RS – BRASIL - Políticas Públicas Estruturantes E Segurança Alimentar: O Caso Do PAA – Disponível em: <<http://www.Sober.Org.Br/Palestra/13/88.Pdf>> Acesso em 21 Set. 2010.

BORGES, ALTAMIRO - Origem e papel dos sindicatos. Escola Nacional de Formação da CONTAG. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f762origemepapeldossindicatosAltamiroBorges.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2010.

BRITTO, Waldenir Sidney Fagundes - Análise Da Viabilidade Financeira Da Agricultura Orgânica Versus Agricultura Convencional: O Caso Da Manga No Submédio Do Vale Do São Francisco – Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/01O045> Acesso em: 10 jul. 2013.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha et al. Análise da gestão de custos e formação de preços em organizações agroindustriais paraibanas. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos52005/142.pdf>> Acesso em: 04 dez. 2011.

CANUTO, João Carlos. Agricultura ecológica familiar, mercados e sustentabilidade sócioecológica global. 2006. Disponível em:

http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Canuto_AgriculturaEcologicaFamiliarSustentabilidade_000fdregbyf02wx5eo0a2ndxyscg57tz.pdf. Acesso em: 12 abr. 2013.

CARNEVALLI, José Antonio; MIGUEL, Paulo Augusto Calchick. Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de um estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil.– UNIME - USP. 2001. Disponível em: <http://etecagricoladeiguape.com.br/projetousp/Biblioteca/ENEGEP2001_TR21_0672.pdf. > Acesso em: 25 jun. 2013.

CARPES, Antonio Maria da Silva; SOTT, Valmir Roque. Um estudo exploratório sobre a sistemática de gestão de custos das agroindústrias familiares, estabelecidas no extremo oeste do Estado de Santa Catarina/Brasil. 2007. Disponível em: <www.custoseagronegocioonline.com.br> Acesso em: 27 jul. 2013.

DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina. Agricultura e Sustentabilidade. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DUARTE, Rosalia. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de pesquisa. PUC. 2002. Disponível em: < [.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf).> Acesso em: 25 jun. 2013.

FAO CORPORETE. Melhorar a nutrição através das hortas familiares. Document repository. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/007/x3996p/x3996p17.htm>.> Acesso em: 13 out. 2011.

FAVARETO, Arilson. Evolução das relações rural-urbano no Brasil: dinâmicas demográficas e análise comparada em perspectiva histórica. Projeto de Cooperação Técnica Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável – PCT IICA/MDA – NEAD. 2009. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/178/Artigo%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20rural-urbano%20no%20Brasil%20-%20Arlison.pdf>.> Acesso em: 26 jun. 2013.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho. A Realidade das Mulheres Rurais na Luta pela Reforma Agrária: Ação, 2009 Revista Brasileira de Agroecologia Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/7765>

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006. Acesso em 03 mar. 2013.

GEHLEN, Ivaldo e MOCELIN, Daniel Gustavo. Organização Social e Movimentos Sociais Rurais. UAB/UFRGS, Editora da UFRGS. 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. UAB/UFRGS. Editora da UFRGS. 2009.

GRESSLER, Lori Alice. Entrevista. In: _____ **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

História Da Agricultura Orgânica: Algumas Considerações - Parte I: Do Século XIX à Década De 1960, Parte II: Décadas De 1970 E 1980 – Disponível Em: <<http://Www.Planetaorganico.Com.Br/Histaorg2.Htm>> Acesso em: 22 Set. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Senso 2006 – Disponível em Derad006 - Organização Social e Movimentos Sociais Rurais – Plataforma MOODLE, SEAD/UFRGS.

IDESTUR – Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural. Questionário turismo rural Brasil 2012. Disponível em: <http://turismorural.org.br/navegacao.asp?id_menu=2&id_conteudo_exibir=114.> Acesso em: 06 abr. 2013.

KARAM, Karen Follador. A Mulher na Agricultura Orgânica e em Novas Ruralidades. Revista Estudos Feministas, 2004 disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100016&script=sci_arttext> Acesso em 13 de abr. 2010.

KOZENIESKI, Everton de Moraes e MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A Manutenção de Espaços Rurais em Porto Alegre/RS: Uma Análise Preliminar Geografia: Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 33- 41, 2009 Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistageografia/index.php/revistageografia/article/viewFile/87/60>> Acesso em: 13 de abr. 2010.

MAIA, Leticia Ferreira da, Projeto Mulheres Agricultoras, Círculo Local dos 8 Jeitos de Mudar o Mundo – Campo Do Tenente/PR, 2006 Disponível em: <www.fiepr.org.br> Acesso em: 13 de abr. 2010.

MEIRELLES, Laércio - Agricultura Ecológica E Agricultura Familiar. Disponível em: <www.Centroecologico.Org.Br/Artigo_Download.Php?Id> Acesso em: 20 Set. 2010.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Abordagem sistêmica da Unidade de Produção Agrícola. In WAGNER, Saionara Araujo (org). Gestão e Planejamento de produção agrícola SEAD/ UFRGS. Editora da UFRGS, 2010.

MOCELIN, Daniel Gustavo; GEHLEN, Ivaldo. Organização social e movimentos sociais rurais. SEAD/ UFRGS. Editora da UFRGS, 2009.

OBSERVAPOA, Observando. Revista do Observatório da Cidade, v. 3, n.5, Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Governança Local, 2013.

PLANETAORGÂNICO. A história da agricultura orgânica: Algumas considerações. Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/historia-da-agricultura-organica-algumas-consideracoes-3/#sthash.c3XfkSKP.dpuf>> Acesso em: 20 jul. 2013.

PROFESSOR. UCG. Associações. Disponível em:
<<http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/15449/material/ASSOCIA%20C3%87%20C3%95ES.pdf>> Acesso em: 27 jun. 2013.

RÉVILLION, Jean Philippe Palma; BADEJO, Marcelo Silveira. Gestão e planejamento de organizações agronidustriais – SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

RIBEIRO, Gleiciane. Turismo de base comunitária. Revista Global Tourism, 2008. Disponível em:
<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Turismo%20Comunit%20C3%A1rio.pdf>. Acesso em 05 mar. 2013.

ROSAS, Celbo Antonio da Fonseca. A (des)construção da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista Disponível em:
<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Rosas_CAF.pdf> Acesso em: 27 jun. 2013.

SANHUEZA, Rosa Maria Valdebenito et al. Sistema de Produção de Morango para Mesa na Região da Serra Gaúcha e Encosta Superior do Nordeste, 2005. Embrapa. Disponível em:
<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Morango/MesaSerraGaucha/importancia.htm>.> Acesso em: 13 out. 2011.

SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de Mulher Rural: A busca de Direitos Sociais e da Igualdade de Gênero no Rio Grande do Sul. Sociologias, 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18726>> Acesso em: 01 abr. 2010.

SCHNEIDER, Sergio. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. 2ª Edição – Editora UFRGS, 2009.

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Programa Estadual de Agroindústria Familiar, Manual Operativo, Departamento de Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento. Porto Alegre, 2013. Disponível em:
<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=agroind%20C3%BAstria%20Bfamiliar%20Bporto%20Balegre&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CC8QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.sdr.rs.gov.br%2Fupload%2F20130425142318manual_operativo_programa_estadual_de_agroindustria_familiar_peaf_.pdf&ei=zZHdUc_KKcvvrAGf0YGYCg&usg=AFQjCNFVx1YUNvogrCE8t0dmm2l-9F2Rlw&bvm=bv.48705608,d.dmg> Acesso em: 10 jul.2013.

SILVA, Antônio João Hocayen-da, *et al.* A problemática que envolve o cooperativismo de trabalho em Minas Gerais: um estudo exploratório. 2008. Disponível em:
<http://www.rbgdr.net/012009/artigo1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SILVA Filho, José Brandt- Programa Nacional de Fortalecimento Da Agricultura Familiar – PRONAF Disponível em:
<<http://Www.Ceplac.Gov.Br/Radar/Artigos/Artigo26.Htm>> Acesso em: 21 Set. 2010.

SOUZA, Raquel Pereira; SOUZA, Marcelo Santos, O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas. 2008 Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/109203/2/78.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2013.

SMURB - Secretaria Municipal de Urbanismo. Bases do Plano Estratégico da Zona Sul. 2012. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=149> Acesso em: 20 jul. 2013.

SMTUR – Secretaria Municipal de Turismo. Pesquisa do perfil do turista nacional em Porto Alegre. 2010. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/turismo/usu_doc/perfilnac2010_apresentacao_final.pdf. Acesso em: 12 jul.2013.

TILLY, Louise A. Gênero, História Das Mulheres e História Social, 1994 Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad03/pagu03.03.>> Acesso em: 13 abr. 2010.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto - Conceituação De Agricultura Familiar. Disponível Em: http://Www.Infobibos.Com/Artigos/2008_4/Agricfamiliar/Index.Htm> Acesso em: 22 Set. 2010.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis. Abordagem territorial no diagnóstico das agroindústrias familiares. 2004. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m16t03.pdf>. Acesso em 09 abr. 2013.

ZIMMERMANN, Adonis. Turismo Rural um Modelo Brasileiro. 1996. Disponível em: www.zimmermann.com.br/turismo_rural_um_modelo_brasileiro.pdf Acesso em: 15 jun. 2013.

APÊNDICE

FORMULÁRIO TURISMO AGROECOLÓGICO

Identificação do empreendimento:

Nome da propriedade:

Nome do responsável:

Endereço:

Acesso (detalhado) c/ distância em km a partir do centro da cidade:

Cidade:

UF:

CEP:

Telefones: Res.

Cel.

SITE: WWW

Email:

1 Estabelecimento associado a alguma entidade rural ou turística? () Sim () Não

Quais?

2 Possui taxa de visitação? () Sim () Não Quanto? R\$ Por pessoa/grupo

3 Especialização

() Pousada

() Frutas

() Peixes

() Hortaliças

- Cavalos
 - Bebidas/Alambique Laticínios
 - Aves e ovos
 - Paes e doces
 - Outros:
-

4 Área de visitação

- Adega
 - Alambique
 - Apiário
 - Curral
 - Horta
 - Pomar
 - Agroindústria
 - Criação de:
-

5 Destinação

- Lazer/Descanso
- Estudos/Intercâmbio
- Vivências
- Reuniões
- Outros

6 Possui taxa de visitação? Sim Não Quanto? R\$ Por pessoa/grupo

7 Especialização

- Pousada
- Frutas
- Peixes
- Hortaliças
- Cavalos
- Bebidas/Alambique Laticínios
- Aves e ovos
- Pães e doces
- Outros:

8 Área de visitação

- Adega

- Alambique
- Apiário
- Curral
- Horta
- Pomar
- Agroindústria
- Criação de:

9 Destinação

- Lazer/Descanso
 - Estudos/Intercâmbio
 - Vivências
 - Reuniões
 - Outros
-

Funcionamento

- 10 Funciona o ano todo? Sim Não Quando fecha?
- 11 Agenda/Reserva obrigatória? Sim Não Porque?
- 12 Máximo de pessoas para visitação:
- 13 Existem restrições? Ex: Idade, mobilidade Sim Não Porque?
- 14 Visitas Programadas para quantos dias?
-

15 Pousos: Aposentos e diárias (Se houver)

- | | | | |
|----------------------------------|-------|-------------|-------------|
| <input type="checkbox"/> Aptos | Tipo: | Quantidade: | Capacidade: |
| <input type="checkbox"/> Quartos | Tipo: | Quantidade: | Capacidade: |
| <input type="checkbox"/> Cabanas | Tipo: | Quantidade: | Capacidade: |
| <input type="checkbox"/> Chal s | Tipo: | Quantidade: | Capacidade: |

- 16 Valor da diária inclui: Café da manhã Jantar Outros:
- 17 Cartões de crédito aceitos: AE MC D VISA Banricompras
-

18 Equipamentos nos quartos

- Telefone Ar cond. Vent. Teto Lareira TV Frigobar
- Cofre Internet Outros:

19 Área social e lazer

- Trilha ecológica
 - Passeio a pé pela propriedade
 - Pequenos animais
 - Arroio
 - Bicicletas
 - Bosque
 - Charrete
 - Adega
 - Móvelia de época
 - Piscina
 - Piscina natural
 - Pesque-pague
 - Playground
 - Instruções ecológicas
 - Cavalgada
 - Campo de futebol
 - Bar
 - Espaço para eventos
 - Vacas
 - Ovelhas
 - Lago/pedalinho
 - Área para camping
 - Restaurante
 - Café da manhã/tarde
 - Quadra de vôlei
 - Quadra de futebol
 - Sala de convenções
 - Equipe de recreação
 - Pomar
 - Hidromassagem
 - Sala de jogos
 - Churrasqueiras
 - Cascata
 - Açúde
 - Outros
-

- 20 Serviços
 guias p/ caminhadas Canil Curso de montaria
 Estacionamento Loja de conveniências

21 Produção

- Aves Estação: Consumo Comerc. Agroind.
- Ovos Estação: Consumo Comerc. Agroind.
- Leite Estação: Consumo Comerc. Agroind.
- Vinho Estação: Consumo Comerc. Agroind.
- Frutas:
- Tipo: Estação: Consumo Comerc. Agroind.

22 Verduras:

- Tipo: Estação: Consumo Comerc. Agroind.

23 Tubérculos:

- Tipo: Estação: Consumo Comerc. Agroind.
- Tipo: Estação: Consumo Comerc. Agroind.

Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.

24 [] Legumes:

Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.

25 [] Outros:

Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.
 Tipo: Estação: [] Consumo [] Comerc. [] Agroind.

26 Agroindústria

[]	Produção de queijos	[]	Produção de leite
[]	Produção de pães	[]	Produção de licores
[]	Produção de cachaça	[]	Produção de mel
[]	Produção de doces	[]	Produção de compotas
[]	Produção de biscoitos	[]	Produção de pastas
[]	Produção de geléias		

Outros:

Informações

- 27 Desde quando a propriedade está com a família?
- 28 Você saberia dizer a que se dedicava antigamente a propriedade?
- 29 Quantas pessoas da família moram hoje na propriedade?
- 30 Quais as idades dos membros da família?
- 31 Quantas pessoas da família trabalham na propriedade?
- 32 Quais atividades se dedicam cada membro da família?
- 33 Possui mão de obra contratada? Eventual ou permanente?
- 34 Desde quando se dedica à produção agroecológica?
- 35 Onde adquiriu conhecimento para as práticas ecológicas?
- 36 Quanto tempo do dia/semana é dedicado à agricultura?
- 37 Quanto tempo do dia/semana é dedicado à agroindústria?
- 38 Quanto tempo do dia/semana é dedicado ao Turismo Agroecológico?
- 39 Onde os turistas encontram informações para chegar até a propriedade? Ex:
Associação, escolas, universidades, Secret. de Turismo, Web site, páginas em redes sociais, etc.
- 40 O que motivou a família adotar as práticas agroecológicas?
- 41 Desde quando se dedica ao Turismo Agroecológico?
- 42 O que motivou a família a desenvolver a atividade turística na propriedade?

43 De onde vêm os maiores rendimentos da família?

() Turismo () Agroindústria () Agricultura () Outros

44 Quais as opções turísticas existentes nos períodos de chuvas e frio intenso?

45 Na sua opinião, quais são os pontos fracos no desenvolvimento da atividade turística agroecológica na propriedade? (fatores internos) Ex: Problemas na propriedade, mão de obra, sucessão familiar, etc.

46 Quais os pontos fortes no desenvolvimento da atividade turística agroecológica na propriedade? (fatores internos) Ex: Gosto pela atividade, facilidade de acesso, mão de obra familiar, etc.

47 Quais são as ameaças para o desenvolvimento do Turismo Agroecológico na propriedade? (fatores externos) Ex: Ausência de políticas públicas específicas, problemas para acessar linhas de crédito, acesso, custos, segurança, processo de urbanização, etc.

48 Quais oportunidades são vislumbradas pela família para permanecer na atividade turística agroecológica? (fatores externos) Ex: políticas públicas, inclusão em projetos, etc.

49 Na sua opinião, o Turismo Agroecológico desenvolvido na região é beneficiado pela proximidade com o centro da capital? Por quê?

50 O que poderia melhorar?

51 Quais motivos fariam você abandonar hoje a produção agroecológica e o Turismo Rural?

52 Porque participa do programa Caminhos Rurais de Porto Alegre?

53 Onde a família encontra apoio para desenvolver as atividades agroecológicas e/ou turísticas?

54 A instituição a qual sua propriedade participa possui ações em andamento na promoção do

Turismo Rural?

Quais?

Obrigada!

